

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Wiliam Calegari de Sousa

**OS EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS CONTÁBEIS A PARTIR DA
NOVA REALIDADE CONTÁBIL BRASILEIRA INTRODUZIDA PELA LEI
11.638/2007 E OS ESFORÇOS DO PAÍS NA HARMONIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS BRASILEIROS COM OS INTERNACIONAIS**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**São Paulo
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Wiliam Calegari de Sousa

**OS EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS CONTÁBEIS A PARTIR DA
NOVA REALIDADE CONTÁBIL BRASILEIRA INTRODUZIDA PELA LEI
11.638/2007 E OS ESFORÇOS DO PAÍS NA HARMONIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS BRASILEIROS COM OS INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Fernandes dos Santos.

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

São Paulo

2012

WILIAM CALEGARI DE SOUSA

**OS EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS CONTÁBEIS A PARTIR DA
NOVA REALIDADE CONTÁBIL BRASILEIRA INTRODUZIDA PELA LEI
11.638/2007 E OS ESFORÇOS DO PAÍS NA HARMONIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS BRASILEIROS COM OS INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Fernandes dos Santos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Prof. Dr. Juarez Torino Belli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Prof. Dr. Henrique Formigoni
Universidade Presbiteriana Mackenzie - Mackenzie/SP

À minha esposa, Valeria Alcazar Narducci, meus agradecimentos por seu amor, carinho, tolerância e apoio incondicional.

Aos meus filhos, André e João Vitor, que trazem mais alegria à minha vida a cada dia e me ajudaram a compreender o verdadeiro sentido da vida e da palavra amor.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Valeria Alcazar Narducci, que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis com os seus conselhos, paciência e dedicação aos nossos filhos nos momentos de ausência.

Ao orientador, Professor Dr. Roberto Fernandes dos Santos, mestre dos mestres, com quem tive a honra de aprender nas disciplinas do mestrado acadêmico, pela paciência, dedicação e constante apoio e incentivo ao aprimoramento desta dissertação.

Ao Professor Dr. Juares Torino Belli, membro da banca de qualificação, com quem também tive a honra de aprender nas disciplinas do mestrado acadêmico, pela dedicação e constante incentivo durante as discussões sobre as mudanças das regras contábeis, demonstrando realmente a atitude típica de pessoas que visam o desenvolvimento acadêmico daqueles que estão iniciando essa jornada.

Ao Professor Dr. Henrique Formigoni, membro da banca de qualificação, pelas sugestões pertinentes e enriquecedoras, que teve paciência ao comentar cada folha desta dissertação com muita propriedade, transformando-a em um trabalho científico muito melhor.

Ao eterno amigo Cláudio Lima Silva (*in memoriam*), pelo incondicional apoio quando iniciei o mestrado, pelas diversas discussões sobre as mudanças das normas contábeis brasileiras e por partilhar grande parte da minha vida profissional e pessoal, sempre com a alegria contagiante que o acompanhava.

À Ernst & Young Terco, em especial aos Sócios Romero J. S. Tavares e Ronaldo Marsolla, pela aprovação ao programa de mestrado e pelos momentos de ausência do escritório.

À equipe de IFRS da Ernst & Young Terco, pelas diversas discussões dos temas pertinentes às mudanças contábeis no Brasil e pelo apoio com material técnico, incluindo os livros, encartes elaborados em conjunto com a Fipecafi, apresentações e materiais utilizados nos treinamentos internos e externos sobre o assunto. Com essa convivência de perto pude notar profissionais extremamente preparados, o que coloca a Ernst & Young Terco em posição de destaque também nesse importante tema contábil no Brasil.

RESUMO

A partir de 2007, com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, modificou-se substancialmente a forma de contabilização, demonstração e divulgação das demonstrações contábeis das entidades empresariais estabelecidas no Brasil, representando o marco inicial dos esforços do País na convergência e na harmonização da contabilidade brasileira aos princípios internacionais de contabilidade. Pretende-se nesse estudo avaliar o impacto nos resultados contábeis das companhias que essas mudanças provocaram nos primeiros anos de adoção das novas regras contábeis. Para isso, coletaram-se dados das demonstrações contábeis de 2007 a 2009 das 57 (cinquenta e sete) Companhias Abertas, conforme índice Ibovespa de 03 de janeiro de 2011, excetuando-se as instituições financeiras que já aplicavam parte das novas regras por determinação do Banco Central do Brasil. Com os efeitos no resultado contábil das companhias pesquisadas, foram identificados os principais ajustes contábeis que provocaram essas diferenças nas 10 (dez) maiores oscilações observadas na amostra.

Palavras-chave: Nova Lei Contábil no Brasil, Impacto no resultado contábil, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, IFRS.

ABSTRACT

From 2007, the enactment of Laws 11.638/07 and 11.941/09 changed substantially from 2007, the accounting, presentation and dissemination of business entities financial statements established in Brazil, representing the Brazilian starting point of the convergence efforts and harmonization of local accounting methods with international accounting principles. The objective of this research project is to evaluate the publicly held company impact on profit & loss statements, resulting from the local accounting harmonization with the IAS on the early adoption of new accounting rules. This essay comprises data collection from the period between 2007 and 2009 for 57 (fifty seven) financial statements , as per São Paulo Stock Exchange Index – Ibovespa on January 03, 2011; with exception of financial institutions that were partially already under the new rules as determined by the Central Bank of Brazil. In addition to demonstrate the income statement effects on the surveyed entities, it is also listed the main accounting adjustments that caused those differences on the 10 (ten) larger variations observed in the sample.

Keywords: New Law Accounting in Brazil, IFRS, Law 11.638/07 and 11.941/09.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	01
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	01
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	07
1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA	08
1.4 OBJETIVOS	08
1.4.1 Objetivo Geral	09
1.4.2 Objetivos Específicos	09
1.5 JUSTIFICATIVA DO TEMA ESCOLHIDO	10
1.6 METODOLOGIA	11
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	11
CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 EVOLUÇÃO DA CONVERSÃO CONTÁBIL GLOBAL	13
2.1.1 Brasil	14
2.2 CARACTERÍSTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL ANTES DAS NOVAS REGRAS	16
2.3 OBJETIVO PRINCIPAL DAS MUDANÇAS INTRODUZIDAS	17
2.3.1 CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)	20
2.3.2 CPC 04 – Ativos intangíveis (IAS 38)	21
2.3.3 CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (IAS 16)	22
2.3.4 CPC 17 – Contrato de construção do setor imobiliário (IFRIC 15)	24
2.3.5 CPC 27 – Ativo imobilizado (IAS 19)	25
2.3.6 CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola (IAS 41)	26
2.3.7 CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39)	27
CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 ANÁLISES DESCRITIVAS	30
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	33

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1 RESULTADOS DOS TESTES GLOBAIS	38
4.2 RESULTADOS DOS TESTES POR SETOR ECONÔMICO	39
4.3 ANÁLISE DAS MAIORES OSCILAÇÕES NO RESULTADO (POSITIVAS E NEGATIVAS)	48
4.3.1 Ecodiesel	50
4.3.2 Embraer	52
4.3.3 Fibria	54
4.3.4 Gafisa	56
4.3.5 Gerdau	57
4.3.6 Gerdau Metais	59
4.3.7 Klabin S.A.	60
4.3.8 LLX Logística	62
4.3.9 OGX Petróleo	62
4.3.10 TAM S.A.	64
 CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	 66
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 71
 ANEXOS	 77

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 - Companhias Abertas que compõem a amostra da pesquisa.....	33
Tabela 2 - Companhias pesquisadas e seus setores econômicos.....	35
Tabela 3 - Resultados contábeis das companhias do setor Bens Industriais.....	40
Tabela 4 - Resultados contábeis das companhias do setor Construção e Transporte.....	40
Tabela 5 - Resultados contábeis das companhias do setor Consumo Cíclico.....	41
Tabela 6 - Resultados contábeis das companhias do setor Consumo Não Cíclico.....	42
Tabela 7 - Resultados contábeis das companhias do setor Financeiros e Outros.....	44
Tabela 8 - Resultados contábeis das companhias do setor Materiais Básicos.....	44
Tabela 9 - Resultados contábeis das companhias do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis.....	46
Tabela 10 - Resultados contábeis das companhias do setor Telecomunicações.....	47
Tabela 11 - Resultados contábeis das companhias do setor Utilidade Pública.....	48
Tabela 12 - Companhias com maior oscilação percentual no resultado contábil.....	49
Tabela 13 - Principais Pronunciamentos que impactaram os resultados contábeis por empresa.....	49
Tabela 14 - Resultados contábeis Ecodiesel.....	50
Tabela 15 - Resultados contábeis Embraer.....	52
Tabela 16 - Resultados contábeis Fibria.....	54
Tabela 17 - Resultados contábeis Gafisa.....	56
Tabela 18 - Resultados contábeis Gerdau.....	57
Tabela 19 - Resultados contábeis Gerdau Metais.....	59
Tabela 20 - Resultados contábeis Klabin.....	60
Tabela 21 - Resultados contábeis LLX Logística.....	62
Tabela 22 - Resultados contábeis OGX Petróleo.....	62
Tabela 23 - Resultados contábeis TAM.....	64
Tabela 24 - Companhias com maior oscilação percentual no resultado contábil.....	68
 Figura 1 - IFRS ao redor do mundo.....	 03
Figura 2 - Processo de planejamento amostral.....	31
Figura 3 - Variação percentual do resultado contábil com os efeitos das IFRS.....	38

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Os princípios de contabilidade aceitos no Brasil, desde o ano de 1976, de acordo com a Lei 6.404, a chamada Lei das Sociedades por Ações, eram diferentes daqueles assumidos internacionalmente. Tal situação causava dificuldade aos investidores e aos leitores estrangeiros das demonstrações contábeis produzidas no Brasil, resultando, muitas vezes, na má compreensão da real situação patrimonial e financeira das empresas no país.

Nesse contexto, e levando em consideração a atual globalização do mercado de capitais e os esforços da comunidade internacional na convergência das normas de contabilidade de modo global, o Congresso Nacional editou a Lei 11.638, em 27 de dezembro de 2007, convertendo o projeto de lei de sete anos atrás (Projeto de Lei 3.740, de 2000). Provocou, então, uma reforma significativa e “revolucionária”, a partir de 1º de janeiro de 2008, no modelo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras das empresas estabelecidas no Brasil.

Um ano após a publicação da Lei 11.638/07, com o objetivo de corrigir algumas deficiências do texto inicial, principalmente em relação ao conflito na tributação do imposto de renda das empresas, foi editada a Medida Provisória 449/08, convertida posteriormente na Lei 11.941/09. De forma geral, as Leis 11.638/07 e 11.941/09 representam o início do processo de harmonização das normas e práticas contábeis brasileiras com as internacionais, não somente com o objetivo de colocar o Brasil nessa tendência, mas principalmente de facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados externos, atraindo cada vez mais capitais estrangeiros ao país.

A implementação das novas regras contábeis no Brasil, com a publicação em Diário Oficial extra no último dia útil de 2007, com implicações já para os dias seguintes, fez Nelson Carvalho comentar: “Tivemos três dias para fazer o que a Europa fez em cinco anos.” (NIERO et. al., 2009).

Apesar do período extremamente curto da implementação no Brasil, essa tendência mundial foi introduzida a partir de 2001 (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010), quando a Comissão Europeia decidiu adotar, a partir de 2005, as normas internacionais de contabilidade (International Accounting Standards - IAS) emitidas pelo então International Accounting Standards Committee (IASC) como base para a preparação das demonstrações financeiras das empresas abertas da Comunidade Europeia. Essa decisão coincidiu com a reestruturação do IASC e a criação do International Accounting Standards Board (IASB).

Desde então, o IASB passou a revisar as normas internacionais e a emitir novas, de modo a formar um conjunto de normas contábeis a ser adotado para direcionar e padronizar a forma como as empresas abertas europeias deveriam preparar e divulgar suas demonstrações financeiras. A comunidade europeia estabeleceu 2005 como sendo o ano para a adoção integral pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – (IFRS - International Financial Reporting Standards), tomando 2004 como base comparativa. A adesão dos países europeus às IFRS foi rápida. No ano de 2009, cerca de 7.000 companhias listadas nas bolsas de valores europeias adotam as IFRS, sendo que 275 adotaram as IFRS antes de 2005 (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010).

Rapidamente, a comunidade internacional vem reconhecendo os benefícios de se adotar um conjunto de normas contábeis preparado sob a coordenação do IASB e oficialmente aceito pela comunidade europeia. O IASB tem o compromisso de desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, exigindo informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeiras de uso comum. Em 2009, mais de 100 países já adotaram as IFRS como padrão contábil, e alguns países como Austrália, Canadá, China, Hong Kong, Noruega, Suécia, Brasil e Colômbia aumentaram a lista nos últimos anos (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010).

Na figura apresentada a seguir, demonstra-se o estágio de implementação das IFRS de forma global.

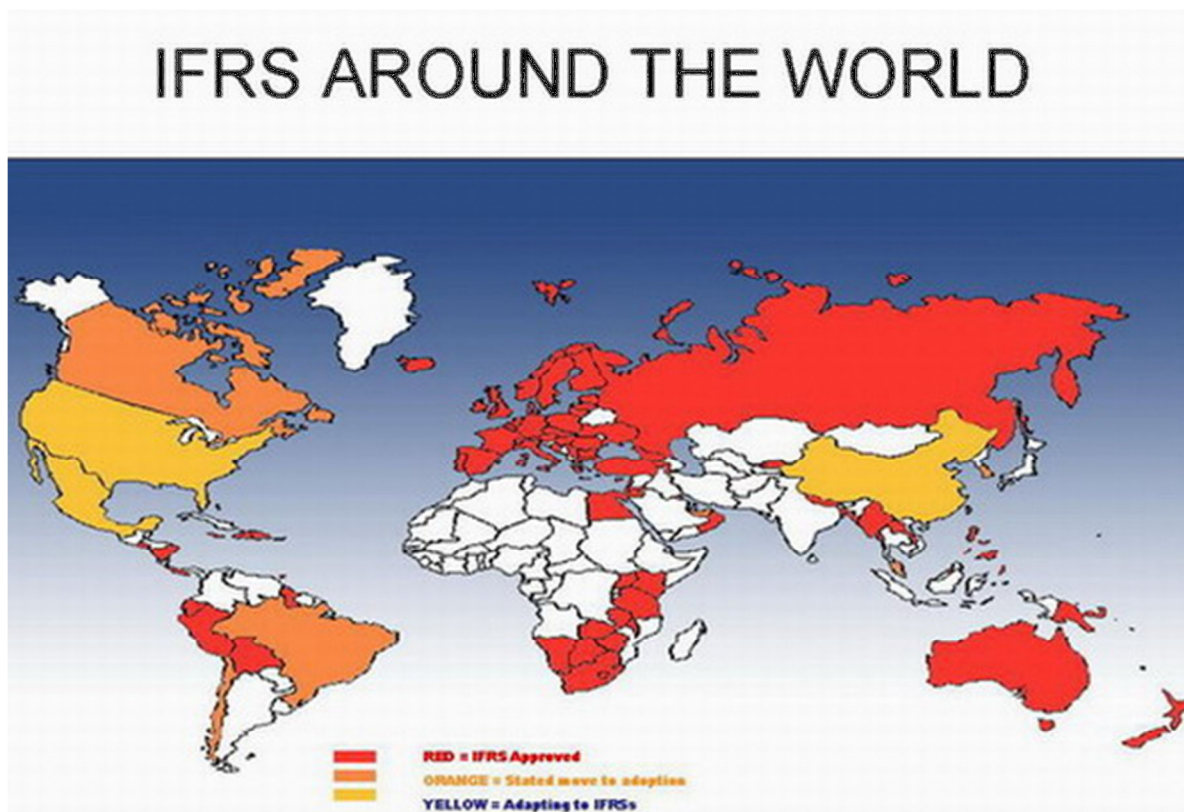


Figura 1 - IFRS ao redor do mundo.¹

Segundo Ernst & Young Terco e FIPECAFI (2011, p.02), a crise econômica mundial tornou ainda mais evidente o quanto os países são interdependentes, chamando a atenção para a necessidade de uma linguagem contábil única que permita a comparação das demonstrações financeiras em diferentes mercados. Nesse sentido, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), adotadas ou em processo de adoção, ganham relevância no ambiente mundial de negócios e mostram-se alinhadas às necessidades das empresas e dos investidores.

¹ IASB - INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IFRS around the world**. s/d. Disponível em: <<http://archive.iasb.org.uk/about/ifrsworld.asp>>. Acesso em: 10/06/2011.

Por se fundamentarem em princípios, e não em regras, as IFRS apresentam desafios significativos, já que promovem uma mudança contábil na forma de aplicar e interpretar conceitos e transações. É possível que, ao fazerem uso de julgamento, duas companhias selecionem práticas distintas de reconhecimento de receitas e mensuração dos resultados ou apresentem transações similares de forma diferente. Por conseguinte, as IFRS exigirão de investidores, bancos, órgãos reguladores, auditores, analistas e acadêmicos um esforço adicional na compreensão das demonstrações financeiras (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010).

Na mesma esteira, a exigência de divulgação completa e adequada das políticas e estimativas consideradas críticas tende a ser um fato importante para os usuários das demonstrações contábeis. Desse modo, a subjetividade trazida por uma contabilidade baseada em princípios exige um esforço ainda maior por parte dos órgãos reguladores do mercado brasileiro, a fim de se garantir a comparabilidade entre demonstrações contábeis.

Por outro lado, conforme Ernst & Young Terco e FIPECAFI (2011, p.02), a parcela da sociedade brasileira representada pelas entidades contábeis, contadores, auditores, órgãos reguladores, analistas de mercado de capitais e outros usuários de demonstrações financeiras dedicou grande parte das últimas duas décadas à discussão da necessidade de modernização da Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76, visando a corresponder às necessidades locais e globais de informação.

Por essa razão, desde 2000, o Projeto de Lei 3.741, mencionado anteriormente, propunha modificações no Capítulo XV da Lei das Sociedades por Ações, que trata de assuntos contábeis, visando a modernizar aquela legislação, eliminando barreiras regulatórias existentes e tratando de alinhar as normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais – IFRS. Com a aprovação no final de 2007, emergiu a Lei 11.638, sancionada pela Presidência da República em 28 de dezembro de 2007, mesma data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Conforme Ernst & Young Terco e FIPECAFI (2011, p.xxii), no tempo transcorrido entre a apresentação do Projeto de Lei 3.741/00 e a promulgação da Lei 11.638/07, ocorreram os seguintes importantes eventos no ambiente contábil brasileiro:

a) Em 7 de outubro de 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por iniciativa de seis entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), BM&F IBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (nome atual), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). A formalização se deu pela Resolução 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade. O Projeto de Lei 3.741/00 já previa que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os demais órgãos reguladores poderiam, mediante convênio, adotar, no todo ou em parte, normas contábeis que fossem editadas por um órgão emissor de normas no Brasil reconhecido pela comunidade contábil e de negócios em geral.

b) A Comissão de Valores Mobiliários - CVM editou, por meio de deliberações, pronunciamentos contábeis até 2006 pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, substancialmente alinhados às normas internacionais, a saber:

- Benefícios a empregados (Deliberação CVM 371/00) – similar à versão de 1988 (já superada) da IAS 19
- Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM 488/05) – similar à IAS 1
- Provisões, Passivos, Contingências Ativas (Deliberação CVM 489/05) – similar à IAS 37
- Eventos Subsequentes à Data do Balanço (Deliberação CVM 505/06) – similar à IAS 10
- Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção dos Erros (Deliberação CVM 506/06) – similar à IAS 8

c) Em 2007, a partir da Deliberação 520, de 20 de maio de 2007, a CVM passou a emitir seus pronunciamentos em conjunto com o CPC. Assim, a Resolução CVM 527, de 17 de novembro de 2007, aprovou o pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) O comunicado BACEN 14.259, emitido em 2006, estabeleceu que as instituições financeiras deveriam preparar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS, a partir do encerramento das demonstrações contábeis do ano de 2010, dando um passo no segmento financeiro.

e) A CVM determinou, pela Instrução CVM 457, de 13 de julho de 2007, que todas as empresas abertas deveriam preparar e divulgar, a partir do encerramento de 2010, demonstrações contábeis consolidadas conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB.

f) A SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), por intermédio da Circular SUSEP 357, de 26 de dezembro de 2007, também determinou que as entidades por ela reguladas (basicamente seguradoras) deveriam preparar e divulgar, a partir do encerramento das demonstrações contábeis de 2010, demonstrações contábeis consolidadas conforme as normas do IASB.

Essas mudanças ocorridas no ambiente regulatório, basicamente nos segmentos mais representativos da economia brasileira, exigiram que as empresas e seu corpo gerencial entendessem, clara e rapidamente, o alcance e os impactos que teriam as demonstrações financeiras periódicas no mercado.

A Lei 11.638/07 estabeleceu que as normas contábeis expedidas pela CVM fossem “elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários”. É importante, desde logo, notar que há uma barreira conceitual fundamental no entendimento, aceitação e aplicação prática das IFRS no Brasil: o sistema contábil brasileiro, que sempre sofreu forte influência do ambiente fiscal, é fortemente baseado em regras definidas, ao passo que as IFRS têm sido tradicionalmente baseadas em princípios, bem menos detalhados, com grande ênfase na sustância econômica das operações e no exercício de julgamento. Os profissionais brasileiros terão, como primeira tarefa, de entender essa estruturação das IFRS e como ela afeta a interpretação e aplicação de cada norma específica (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010).

O que se verifica na alteração das regras contábeis, agora alinhadas aos princípios internacionais de contabilidade (IASB), é a primazia da essência, e não da forma como as operações são realizadas. Essencialmente, cada vez mais se buscará o efeito que o evento produzirá nas demonstrações contábeis, e não a forma como ele foi consumado entre as partes. (IUDÍCIBUS, 2009).

Para Santos e Calixto (2010, p.15), contrapondo-se à tradição formalista brasileira, o fundamento conceitual do padrão internacional, ao priorizar a essência em detrimento da forma, o julgamento da realidade econômica em detrimento da mera desincumbência normativa e da transparência para o investidor, certamente representa uma profunda transformação na contabilidade, no perfil dos seus profissionais e em seu currículo disciplinar.

Segundo Martins e Santos (2008, p.3), mais do que mudanças em normas, essa internacionalização significa uma mudança de filosofia, postura e pensamento quanto a pelo menos três tópicos: primazia da essência sobre a forma, primazia da análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica e normas orientadas por princípios.

Para Iudícibus (2009, p.35):

[...] a preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da antiguidade (como hoje também é), e ele teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação patrimonial à medida que as atividades foram se desenvolvendo em sua dimensão e em complexidade.

A atividade econômico-empresarial é formada por bens, direitos e obrigações, e seus objetivos incluem a geração de riqueza ao país e o retorno do investimento realizado aos sócios ou acionistas. Nesse sentido, a maximização dos lucros ou dividendos dos sócios ou acionistas, com consequente preservação do resultado contábil, e a maximização da riqueza da entidade são fatores preponderantes na decisão de investir em determinada atividade empresarial.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Considerando toda a mudança produzida e os efeitos que representaram e representarão essas significativas alterações na contabilidade brasileira, e tendo em vista a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e demais instrumentos de regulamentação que foram e serão emitidos nos próximos anos, é notório que haverá impacto na formação dos lucros e dividendos das empresas, que poderiam ser maiores ou menores caso não ocorressem as mudanças nos critérios de contabilização.

Enfatizando o problema aqui apontado pretende indicar o impacto que as novas regras contábeis causaram na formação dos resultados contábeis das companhias abertas nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Assim, o problema ora pesquisado pode ser definido como: qual é o impacto das alterações da nova diretriz contábil brasileira causou na busca pela harmonização dos sistemas contábeis com os princípios internacionais (IASB), no resultado líquido das companhias listadas no índice Ibovespa?

1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA

Uma pesquisa geralmente consiste na formulação de uma hipótese, que, segundo Gil (2002, p.31), é uma “[...] expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa [...]”. Por essa razão, para o autor, “a hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema [...]”. Portanto, é a resposta que se espera obter na questão da pesquisa.

Diante disso, nesta dissertação de mestrado assume-se a seguinte hipótese metodológica: **com a compatibilização entre os princípios contábeis aceitos no Brasil e os princípios contábeis aceitos internacionalmente, nos anos de 2007, 2008 e 2009, ocorreu impacto na formação do resultado líquido das empresas que adotaram os princípios de contabilidade aceitos internacionalmente**, quais sejam, aquelas listadas no índice Ibovespa, na data de 03 de janeiro de 2011, excluindo-se as empresas integrantes do sistema financeiro – as quais já aplicavam, antes mesmo da edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, parcialmente, várias normas do sistema contábil internacional, por instrução do Banco Central do Brasil.

1.4 OBJETIVOS

Na visão de Martins (2002, p.32), somente após a caracterização da situação-problema e da definição criteriosa da questão de pesquisa é que se podem definir os objetivos de pesquisa com a precisão e a concisão indispensáveis ao seu alcance.

Desse modo, os objetivos estão divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar e analisar qual foi o impacto das mudanças contábeis decorrentes da harmonização dos princípios contábeis brasileiros com os internacionais no resultado líquido das empresas, nos períodos de 2007, 2008 e 2009, analisando-se os dados publicados nas demonstrações contábeis das companhias pesquisadas já com os efeitos das novas normas contábeis, dados esses comparados com os resultados anteriores aos ajustes, por meio da leitura dos quadros e notas explicativas das demonstrações das companhias investigadas nesta pesquisa.

O presente trabalho de pesquisa demonstrará o efeito financeiro que as novas regras contábeis representaram, nos três primeiros anos de adoção, comparando a contabilidade antes e depois da edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, além de apontar quais foram as companhias abertas mais impactadas na apuração do resultado contábil; e quais pronunciamentos contábeis foram responsáveis por essas variações.

Para isso, farão parte deste estudo as companhias listadas no índice IBOVESPA em 03 de janeiro de 2011, excluindo-se as instituições financeiras, que já aplicavam parcialmente, mesmo antes da edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, várias normas do sistema contábil internacional, por instrução do Banco Central do Brasil.

A pesquisa englobará 57 (cinquenta e sete) companhias, que representam nove setores da economia, conforme classificação setorial IBOVESPA.

1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são: (i) verificar a formação dos resultados contábeis das companhias nos anos de 2007, 2008 e 2009; (ii) identificar quais foram as 10 (dez) companhias com maior oscilação na formação dos resultados contábeis nos períodos analisados; e (iii) identificar quais foram as principais alterações nas normas contábeis que provocaram essas oscilações no resultado contábil.

1.5 JUSTIFICATIVA DO TEMA ESCOLHIDO

Contribuem para a elaboração desta pesquisa o momento singular que a contabilidade brasileira atravessa e os esforços que o Governo Federal vem fazendo desde 2007 na busca pela harmonização das demonstrações contábeis brasileiras com as normas internacionais de contabilidade.

Pode-se dizer ainda que o presente estudo se faz oportuno em função da grande discussão que tal fenômeno tem provocado não só entre os profissionais da área contábil, mas também entre todos os usuários das demonstrações contábeis.

Foram encontradas entre as obras consultadas poucas menções sobre o impacto que as alterações nas normas contábeis brasileiras representaram na formação dos resultados contábeis das companhias nos anos de 2007, 2008 e 2009, anos da adoção inicial das novas regras contábeis no Brasil. O estudo mais representativo sobre o tema, realizado por Santos e Calixto (2010), contribuiu para a análise dos efeitos da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08 no resultado das empresas brasileiras abertas, na primeira fase do processo de harmonização da contabilidade brasileira com o padrão internacional, o que ocorreu nos anos de 2007 e 2008.

No referido estudo, foi observado um baixo grau de conformidade das empresas com as normas de adoção inicial da nova lei e uma grande diversidade na forma de aplicação das novas normas entre as empresas. Em detrimento da transparência, das 318 empresas analisadas, apenas 28% apresentaram as demonstrações de 2007 conforme as regras de 2008 para fins de comparação, e somente 11% apresentaram em notas explicativas a reconciliação do efeito da nova lei no resultado e patrimônio líquido dos dois anos. A transparência também não foi privilegiada entre as empresas mais voltadas à excelência nesse quesito, como as do novo mercado da Bovespa: das que declararam haver efeito da nova lei, apenas 41% reapresentaram os balanços de 2007 e somente 18% publicaram a tabela de reconciliação dos dois anos.

Para Santos e Calixto (2010, p.21-2), ocorreu uma inconsistência no efeito da nova lei sobre os resultados reportados pelas empresas nos exercícios de 2007 e 2008: entre 175 empresas que publicaram a tabela de reconciliação do resultado de 2007 e/ou 2008 em notas explicativas, apurou-se um aumento médio de 8,1% no resultado de 2007 e uma diminuição média de 7,0% em 2008.

1.6 METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, serão analisadas as 57 empresas listadas no IBOVESPA em 03 de janeiro de 2011, o que implica esquadrinhar 171 demonstrações contábeis dos períodos de 2007, 2008 e 2009, com o objetivo de comparar os resultados auferidos nos anos subsequentes à introdução das novas regras contábeis no Brasil com aqueles que seriam auferidos caso essas novas regras não tivessem sido editadas.

Os resultados serão coletados por intermédio das demonstrações publicadas com os ajustes propostos pelas novas regras contábeis, e serão aferidas as oscilações tendo por base os quadros comparativos apresentados nessas demonstrações, bem como as observações em destaque nas notas explicativas.

Após a coleta de dados e a identificação dos efeitos que a nova regra contábil provocou na apuração dos resultados nos períodos de 2007, 2008 e 2009, serão analisadas as 10 (dez) companhias com a maior variação percentual comparando os dois resultados. O objetivo é descrever quais ajustes contábeis foram mais significativos na indicação dessas diferenças, identificar os principais pronunciamentos contábeis responsáveis por esses ajustes, bem como comentar as eventuais causas que provocaram os ajustes mais representativos.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos, além das referências bibliográficas e dos anexos.

O Capítulo I, “Introdução”, identifica e caracteriza o objetivo do estudo. Expõe o contexto em que se insere o tema. Apresenta a problematização, a hipótese de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa da escolha do tema e a metodologia utilizada para a realização do estudo.

Já o Capítulo II, “Referencial Teórico”, apresenta todo o embasamento teórico sobre o tema, abordando os assuntos: a evolução da convergência contábil global e no Brasil, as características contábeis no Brasil antes das novas regras e os objetivos principais das mudanças introduzidas.

O Capítulo III, “Procedimentos Mercadológicos”, por sua vez, relata as análises descritivas, a população e a amostra da presente pesquisa e os critérios de análise e o tratamento dos dados coletados.

O Capítulo IV, “Apresentação e Análise dos Dados”, faz a apresentação dos resultados globais por setor econômico e a análise das maiores oscilações (positivas e negativas) nos resultados.

Por fim, o Capítulo V, “Considerações Finais”, compreende os resultados das pesquisas e as conclusões das análises efetuadas.

CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO DA CONVERSÃO CONTÁBIL GLOBAL

Em 1973 foi criado o IASC - International Accounting Standards Committee, com objetivo inicial de formular um novo padrão para as normas contábeis, capaz de ser utilizado e interpretado em todos os países sob a forma de uma “linguagem universal” da contabilidade. Composto por dez países – Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido –, o IASC passou a publicar documentos denominados “pronunciamentos contábeis” (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010).

No início de 2001 criou-se o IASB - International Accounting Standards Board, organismo que não só atuou no sentido de fazer avançar as iniciativas anteriores do IASC, como também passou a formular novos pronunciamentos, a partir de então denominados IFRS - International Financial Reporting Standard.

Cabe notar que essa cultura de uniformização das normas contábeis sempre foi pautada no “*Framework for the preparation and presentation of financial statements*”, conhecido como espírito “intrínseco” das normas internacionais, tratando-se de um texto com a descrição de um conjunto de conceitos e pressupostos básicos aplicáveis para fins de demonstrações financeiras internacionais (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010). Essa reestruturação objetivou principalmente promover uma transformação das normas anteriormente editadas, readequando antigos pronunciamentos à realidade financeira de investidores, companhias, acionistas, terceiros, entre outros.

Em 2004 começaram as publicações dos novos pronunciamentos a respeito das IFRS, e no início do exercício de 2005 as companhias europeias iniciaram sua adaptação, passando a preparar e validar suas demonstrações contábeis nos moldes das IFRS, tendo esse período de readequação terminado em 2008 (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2010).

2.1.1 Brasil

Dado o grande número de negócios internacionais e investimentos estrangeiros no país motivados pela globalização e pela sua economia competitiva, o Brasil, por seus representantes, também sentiu a necessidade de adaptar-se a essa nova realidade contábil, em que as demonstrações contábeis e financeiras das empresas passariam a ter uma única interpretação em nível interno e, principalmente, no exterior.

O processo decisório que antecedeu a adesão ao conjunto das novas normas também se baseou no fato de que, com a padronização nos moldes das IFRS, as demonstrações passariam a ser mais transparentes, o que facilitaria o entendimento por parte de todos os usuários envolvidos.

Desde 2000, muito se discutiu sobre a então harmonização das normas contábeis, tendo o Projeto de Lei 3.741/00 tramitado por sete anos, até que fosse publicada a primeira norma sobre o assunto. Tal fato se deu em 2007, com a publicação da Lei 11.638/07, a qual veio alterar a Lei 6.404/76, instrumento que disciplinava, até então, o modo como os registros das operações contábeis e societárias no país deveriam ser efetuados.

As mudanças se diferenciam de acordo com a categoria da empresa, conforme se verifica na seguinte explanação:

A lei determina agora que, no caso das companhias abertas, as regras contábeis podem ser especificadas diferentemente conforme a categoria das sociedades, categoria essa que pode ser definida por porte, tipo de valor mobiliário (debêntures, ações, etc.) e forma de negociação desses valores mobiliários. A CVM deverá normatizar a respeito, exigindo, por exemplo, se assim quiser, que os instrumentos financeiros sejam contabilizados de forma mais simplificada em certas situações e de forma mais completa em outras. (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBECKE, 2008, p.29)

No início, essa implementação causou muitas divergências entre os profissionais que atuam nas esferas contábil e tributária, ainda mais pela cultura de atendimento às normas fiscais que prevaleciam no Brasil antes da edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09. Além disso, as mudanças exigiram rápida adaptação, levando muitas vezes insegurança para quem produzia as demonstrações contábeis, tendo em vista os impactos que as novas normas representavam na apuração dos tributos das empresas. Por essa razão foi publicada a Medida

Provisória 449/2008, posteriormente convertida na Lei 11.941/2009, a qual, em suma, objetivou “neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais” (BRASIL, 2008b).

Para viabilizar tal processo, coube ao CFC - Conselho Federal de Contabilidade instituir e regulamentar, mediante a Resolução 1055/05, a entidade CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, para estudar, centralizar e uniformizar as normas emitidas sob a forma de Pronunciamentos Contábeis, seguindo integralmente as bases das IFRS.

Sobre o assunto, o Conselho Federal de Contabilidade menciona em sua página da internet que:

O CPC e o Comitê Gestor da Convergência no Brasil representam um avanço importante para o país, que passa a acompanhar uma tendência internacional, contribuindo de forma decisiva ao desenvolvimento sustentável do país através da reforma contábil, dos setores privado e público, e de auditoria, que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, buscando o aprimoramento das práticas profissionais. (BULGARIM et. al., 2011, p.15)

Concomitantemente ao advento da Resolução CFC 1.055/05, também foi criado o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, integrado pelas seguintes entidades: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa integração é considerada importante para o controle do andamento paralelo das normas contábeis locais e das normas do IFRS, ainda mais quando for aliado a linhas de conhecimento distintas e necessárias para esse modelo.

Aos poucos, diversos pronunciamentos foram sendo publicados pelo CPC, os chamados CPCs, sempre com a aprovação, quase que simultânea, dos órgãos reguladores, CVM, CFC, SUSEP, CMN/ANS. Muitos deles se originaram das normas conhecidas como International Accounting Standards (IAS), que são os instrumentos de normatização dos pronunciamentos internacionais contábeis, publicados originalmente no exterior.

Entre 2008 e 2009, período mais crítico da adoção dos novos critérios e com maior edição dos CPCs, para que as empresas pudessem efetuar os ajustes sem sofrer penalização para fins de apuração dos tributos, o Governo Federal instituiu a opção pelo RTT - Regime Tributário de Transição. Esse regime – opcional entre os anos de 2008 e 2009 e obrigatório a partir de 2010 – possibilitou que nenhum ajuste proveniente das novas regras contábeis fosse um instrumento de aumento ou redução da tributação. Desse modo, feita a opção pelo regime, apesar da obrigatoriedade do reconhecimento dos ajustes contábeis, as Companhias puderam apurar os seus tributos sem considerar esses ajustes para fins tributários.

2.2 CARACTERÍSTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL ANTES DAS NOVAS REGRAS

Antes do processo de convergência, era bastante comum que as empresas brasileiras preparassem diversos relatórios com as mesmas informações, mas em diferentes formatos, apenas para atender aos padrões contábeis de cada localidade.

Ademais, no Brasil, a forma de contabilização sempre sofreu grande influência da legislação fiscal, na medida em que seu cumprimento sempre se deu muito mais para atender e evitar exposições fiscais, desprezando-se os interesses dos acionistas, proprietários e terceiros, os quais, no geral, sempre atuaram como verdadeiros coadjuvantes no processo contábil.

Para Ernst & Young Terco e FIPECAFI (2011, p.145), a contabilidade brasileira “[...] sempre sofreu grande influência da Legislação do Imposto de Renda”. A chegada da MP 449, em 2008, posteriormente transformada na Lei 11.941/09, formalizou, do ponto de vista tributário, a respectiva separação da contabilidade para fins fiscais da contabilidade para fins societários.

Essa realidade de “pressão fiscal” também é compartilhada por Iudícibus et. al. (2010, p.14):

O caso da então Secretaria da Receita Federal era todo especial: além de exemplos conhecidos, até que não muitos, de normas fora da prática contábil mais recomendada, possuía uma extraordinária influência indireta que levava às empresas a abandonar a melhor contabilidade para não ter que, com isso, adiantar pagamento de tributos. Isso ocorria, por exemplo, com a obrigação da contabilização

da depreciação: para sua dedutibilidade fiscal, precisava contabilizá-la; e se o valor estivesse dentro dos limites aceitos pelo Fisco, poderia, se registrada, deduzi-la fiscalmente, mesmo quando tais valores fossem maiores que os economicamente devidos.

Complementam os autores (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p.01):

A contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação do imposto de renda. Esse fato, ao mesmo tempo que trouxe à contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limitou a evolução dos princípios fundamentais de contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção prática de princípios contábeis adequados, já que a contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas de legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios corretos.

2.3 OBJETIVO PRINCIPAL DAS MUDANÇAS INTRODUZIDAS

No Brasil, as discussões internas entre profissionais e acadêmicos renomados do setor sobre a adoção de um padrão contábil nos moldes das IFRS aconteceram no período de 2000 a 2002. Essa preocupação visou a garantir que as empresas diminuíssem a complexidade e o volume de sua rotina operacional, além de proporcionar maior transparência em seus números e tornar muito mais didático o entendimento de seus negócios mediante uma linguagem contábil global. Dessa maneira, ao introduzir o processo de convergência às IFRS, as próprias companhias, investidores e o mercado de capitais tornam-se diretamente beneficiados pelo novo modelo.

Ao tratar desse processo de modificações, o CFC - Conselho Federal de Contabilidade (s/d) dispõe:

A harmonização das normas contábeis é um processo de extrema relevância e altamente necessária para as empresas no atual cenário de economia altamente globalizada e competitiva, independentemente do tamanho e da atividade e que operam em diversos países e que precisam reportar informações ao exterior, seja para atender as necessidades de ordem interna (controladoras sediadas no exterior) ou externa (usuários internacionais). As constantes transformações no cenário econômico [...] têm exigido uma padronização e a utilização de um padrão internacional de normas e procedimentos contábeis, que

proporcione transparência e confiabilidade aos usuários. [...] A convergência contábil aos padrões internacionais tornou-se irreversível em um contexto de inserção do Brasil na economia global e de fortalecimento do mercado de capitais nacional, uma vez que, a apresentação de dois conjuntos de demonstrações contábeis, um de acordo com os padrões nacionais e outro de acordo com os padrões internacionais, pode facilitar erros e ensejar confusões de interpretação. Adicionalmente, a convergência contábil amplia a transparência das empresas para investidores de vários mercados, tendo potencial para contribuir para a redução do custo de capital das empresas.

Com o novo cenário proposto, não restava dúvida: os principais atingidos seriam os profissionais da área, os quais, repentinamente, teriam de se adaptar, conforme estudos realizados pela empresa multinacional de auditoria Deloitte (2008, p.06), empresa essa que apontava que seria necessário levar em conta fatores como:

- Princípios versus regras – A adoção de padrões baseados em princípios exigirá uma mudança de mentalidade e abordagem. O IFRS tem menos regras detalhadas e normalmente exige maior dose de julgamento para determinação de como contabilizar uma operação. A ênfase maior é dada à substância das operações. Avaliar se a informação financeira reflete a realidade econômica e assegurar que operações e transações semelhantes sejam contabilizadas coerentemente [...] [para] garantir que seus julgamentos a respeito da seleção de práticas do IFRS e suas aplicações estejam suficientemente embasados e documentados, caso sejam contestados. [...]
- Considerações de aplicação – As diferenças contábeis entre o IFRS e as normas brasileiras (BR GAAP) irão variar. Algumas diferenças serão significativas, outras poderão ser percebidas nos detalhes ou dependerão da indústria/setor de atividade da empresa. As alternativas contábeis devem ser avaliadas a partir de uma perspectiva global – não somente com vistas ao estabelecimento de uma política, mas também diante dispensas voluntárias e obrigatórias com relação à aplicação retroativa do IFRS, previstas nas regras do IFRS 1 (Primeiro Ano de Adoção do IFRS).
- Considerações de valor justo – Os conceitos sobre valor justo (fair value) são atualmente pouco difundidos e aplicados pelas empresas brasileiras para fins de registro de transações e manutenção de saldos de ativos e passivos em BR GAAP. Já o IFRS possui cerca de 20 pronunciamentos contábeis visando a mensuração e reconhecimento de transações monetárias e não monetárias a valor justo, com vasta aplicação no ambiente brasileiro. A mensuração de ativos e passivos é um exercício complexo, especialmente quando os preços desses ativos e passivos não estão disponíveis ou cotados em mercados ativos. A seleção do modelo de avaliação mais apropriado e das suas premissas a serem utilizadas dependerá muito de julgamentos e pode trazer mais volatilidade aos resultados da empresa. As organizações deverão

antecipar-se na avaliação e mensuração dos potenciais impactos que uma contabilidade a fair value pode trazer ao dia-a-dia dos relatórios financeiros.

- Considerações sobre conversão e convergência – Esses dois termos parecem iguais, mas têm significados diferentes. Conversão é a transição geral para um novo conjunto de normas contábeis; convergência é a nova redação dada a uma norma contábil de cada vez. O que algumas pessoas podem não entender é que a conversão e a convergência podem acontecer em períodos diferentes. [...]

- Considerações relativas à primeira adoção – A IFRS 1 oferece exceções em razão da necessidade de conformidade com determinados aspectos do IFRS na adoção inicial, em que o custo poderá exceder potencialmente os benefícios dos usuários das demonstrações financeiras. As exceções existem em muitas áreas, como no caso da combinação de negócios (*business combinations*), pagamentos baseados em ações (*share-based payments*) e determinados aspectos da contabilidade de instrumentos financeiros. As empresas precisarão determinar quais exceções são mais apropriadas.

Para começar

As empresas devem começar a compreender as áreas-chave das diferenças entre o IFRS e o BR GAAP. Algumas exigirão pequenas modificações e outras trarão impactos significativos para a organização.

As diferenças poderão também impactar muitas políticas contábeis atuais. Algumas áreas contábeis precisarão de políticas diferentes para o IFRS quando comparadas com BR GAAP devido à clara divergência entre as normas. Em outras áreas, poderá haver ou não diferenças, dependendo das escolhas que a empresa fizer com base no IFRS. A identificação dessas disparidades e a determinação do nível de esforços exigidos pela organização para abordar essas mudanças são passos importantes no desenvolvimento de uma estratégia de conversão para o IFRS.

Considerando que, entre os exercícios de 2008 e 2011, foram editados cerca de 40 (quarenta) Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, abaixo estão destacados os que representam os principais impactos na formação do resultado das companhias, uma vez que seus ajustes, na maioria dos casos, são lançados com contrapartida em contas de resultado do período, os quais em seguida são detalhados:

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)
- CPC 04 - Ativos Intangíveis (IAS 38)
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 16)
- CPC 17 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRIC 15)

- CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 19)
- CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41)
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39)

2.3.1 CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)

Conforme Ernst & Young Terco e FIPECAFI (2011, p.21), o objetivo da estimativa de redução ao valor recuperável de ativos é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele que pode ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Se existirem evidências de que os ativos não são capazes de gerar benefícios futuros compatíveis com o valor pelo qual estão registrados – e nesse caso, portanto, estão contabilizados por valor não recuperável no futuro –, a empresa deve reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O fundamento dessa estimativa deriva do conceito contido na Estrutura Conceitual do CPC, que estabelece o potencial de contribuir para o fluxo de caixa como fundamento para definição de ativo. Nesse contexto, quando os benefícios econômicos futuros provenientes do ativo não forem mais prováveis, as companhias deverão baixar o referido ativo, ou ao menos a parte não recuperável. Esses benefícios são a “estimativa” dos administradores com base no conjunto de condições econômicas previsto para a vida remanescente do ativo.

Conforme a referida norma, as companhias deverão avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos, denominados de unidades geradoras de caixa, porventura perderam representatividade econômica considerada relevante.

Tais indicações poderão vir de fontes internas ou externas, como, por exemplo, a diminuição do valor de mercado do bem, obsolescência tecnológica ou aumento de taxas de juros, entre outros. Se houver alguma indicação, as empresas deverão efetuar o teste de recuperabilidade e, quando comprovada a referida desvalorização, deverão reconhecer contabilmente as perdas por *impairment* no resultado.

Esse ajuste decorrente de perdas por não recuperabilidade deverá ser tratado como conta redutora do referido ativo. Isso é necessário, pois o CPC 01 igualmente permite a

reversão dessas perdas em períodos posteriores, desde que os fatores que levaram a empresa a registrar a perda em questão não mais existam.

Sobre esse aspecto, é importante destacar que a reversão do *impairment* não poderá ser realizada para o *goodwill*, que é o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Não deverá ser confundida a reversão das perdas por *impairment* com a reavaliação de ativos, haja vista que são conceitos completamente distintos.

2.3.2 CPC 04 – Ativos intangíveis (IAS 38)

O CPC 04 define ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Para Iudícibus et. al. (2010, p.264), essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico, que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessas definições devem ser analisados com especial atenção, tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível só deve ser reconhecido se atender a esses três pontos.

Um ativo intangível atende ao critério da identificação quando: (i) for separável ou, em outras palavras, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso da entidade; ou (ii) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Essa identificação é necessária para diferenciá-lo do *goodwill*, que é um intangível não identificável.

A norma CPC 04 indica que a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis – como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações) – podem ser considerados ativos intangíveis.

Conforme Iudícibus et. al. (2010, p.264), como qualquer outro recurso que atenda ao conceito de ativo, um intangível, para ser reconhecido contabilmente, deve proporcionar

benefícios econômicos futuros por meio do seu emprego nas atividades da entidade que o controla. Esses benefícios podem se materializar para a entidade por meio de incremento da receita de venda de produtos ou serviços ou mediante redução de custos.

O CPC 04 exige que a entidade reconheça um item como ativo intangível após ter demonstrado que esse item atendeu à definição e aos critérios de reconhecimento. Considerados esses pontos iniciais, um intangível só deve ser reconhecido se: (i) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados do ativo serão gerados em favor da entidade; e (ii) o custo do ativo puder ser mensurado com segurança. O ativo intangível deve ser mensurado pelo custo no momento do reconhecimento inicial.

2.3.3 CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (IAS 16)

As operações de arrendamento mercantil, frequentemente denominadas *leasing*, são classificadas para fins de IFRS em dois grupos: *leasing* operacional e *leasing* financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme o CPC 06, é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem.

O leasing funciona da seguinte forma: uma empresa (Arrendante ou Arrendadora) transfere o direito de usufruto de determinado bem de sua propriedade a outra empresa (Arrendatária), por um prazo contratual pré-estabelecido, em troca do recebimento de prestações periódicas.

A diferença básica entre as modalidades está diretamente ligada às intenções da Arrendatária no momento de contratar o *leasing*. O *leasing* financeiro é a operação na qual a Arrendatária tem a intenção de ficar com o bem ao término do contrato, exercendo a opção de compra pelo valor previsto no início do contrato. A Arrendadora receberá da Arrendatária a totalidade dos valores previstos contratualmente. O risco de obsolescência e as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços relacionados à operacionalidade do bem arrendado são de responsabilidade da Arrendatária. No *leasing* financeiro a Arrendante (Cia. de Leasing) recebe 100% do valor do equipamento arrendado, não incorrendo em risco de produto, ou seja, a Arrendatária (Empresa) sempre opta pela compra do equipamento.

Já o *leasing* operacional é a operação na qual a Arrendatária não tem a intenção de adquirir o bem ao final do contrato. Assim, após a utilização do bem pelo prazo contratual, a

Arrendatária poderá exercer a opção de compra pelo valor de mercado. A manutenção, a assistência técnica e os serviços relacionados à operação do bem arrendado podem ser de responsabilidade da Arrendante ou da Arrendatária. Antes das novas regras contábeis, ambas as modalidades de *leasing*, financeiro e operacional, eliminavam a necessidade de imobilizar recursos nos ativos, permitindo que tais recursos fossem canalizados para financiar o processo produtivo e registrados diretamente como custos ou despesas, de maneira que as alterações influenciaram diretamente o resultado contábil das companhias.

Segundo Iudícibus et. al. (2010, p.258-9), no caso de *leasing* operacional, “os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil devem ser reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil, exceto se outra base sistemática for mais representativa do modelo temporal do usuário”.

A forma de contabilização do arrendamento mercantil operacional não mudou, devendo ser registrado periodicamente como despesa em contrapartida às exigibilidades ou disponibilidades. Isso se deve ao fato de que esse tipo de arrendamento é mais compatível com as características de um contrato de aluguel do que de uma compra financiada (como é o caso do *leasing* financeiro).

Um ponto vital aqui a se considerar é que, se o contrato não tiver pagamentos regulares, a contabilização da despesa não poderá ser feita conforme as prestações estipuladas no contrato. Estas precisarão ser linearizadas, para apropriação por competência de forma racional, e não arbitrariamente conforme contrato. Isso está também determinado no CPC 06. Somente não se aplica tal regra se houver alguma característica especial que justifique a adoção de outra distribuição da despesa, como no caso de pagamento do contrato conforme horas de utilização de máquina etc.

Segundo Iudícibus et. al. (2010, p.259), no arrendamento mercantil financeiro “os arrendadores devem reconhecer os ativos mantidos por arrendamento mercantil financeiro nos seus balanços e apresentá-los como conta a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil”. Nesse tipo de operação, a titularidade jurídica do bem arrendado permanece com o arrendador. Dessa forma, na compra do ativo, o registro contábil é feito em conta de ativo que represente o bem, e a contrapartida é a forma de pagamento, podendo haver disponibilidades ou obrigação no passivo. Entretanto, se o arrendador transfere substancialmente os riscos e benefícios ao arrendatário, reclassifica esse valor como contas a receber e considera os valores recebidos como sendo amortização de capital (pelo investimento feito) e receita financeira (recompensa pelo investimento e serviço).

Com a adoção das regras internacionais, em que se verifica a primazia da essência sobre a forma, como o *leasing* financeiro é utilizado enquanto forma de financiamento para aquisição do bem, deve ser registrado como ativo e depreciar pelo prazo de vida útil do bem, registrando a contrapartida em disponibilidades ou obrigação.

2.3.4 CPC 17 – Contrato de construção do setor imobiliário (IFRIC 15)

No âmbito das normas internacionais, os aspectos contábeis acerca dos contratos de construção do setor imobiliário são disciplinados pelo pronunciamento intitulado *Agreements for the Construction of Real Estate*, que aborda a contabilização das receitas e dos correspondentes custos das empresas que realizam a incorporação, a construção de imóveis ou ambos. De acordo com essa norma, na contabilização das receitas e das respectivas despesas de incorporação ou venda existe sempre a necessidade de se avaliar o tipo de contrato de construção e, conseqüentemente, a norma internacional a ser aplicada. Ou seja, as companhias devem aplicar o CPC 30 - Receitas ou o CPC 17 - Contratos de Construção, dependendo do referido enquadramento.

O fundamental é a transferência de riscos e benefícios ao adquirente. Se essa transferência se der durante a construção, a receita deve ser reconhecida durante essa construção. Se a transferência se der apenas na entrega das chaves, a receita também só pode ser reconhecida nesse momento.

Uma das situações mostradas na norma para exemplificar essa disposição é o caso em que o comprador é capaz de especificar os principais elementos estruturais do projeto do imóvel antes do início da construção e/ou especificar mudanças estruturais significativas após o início da construção; nesse caso, os resultados da empresa devem ser contabilizados de acordo com o CPC 17. Isso porque, nesse caso, trata-se de um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo. Logo, as receitas e as despesas desse contrato de longo prazo passam a ser reconhecidas ao longo do tempo de maneira proporcional, de acordo com o método da porcentagem completada (*percentage of completion method*).

Por outro lado, segundo a norma, quando os compradores têm apenas uma possibilidade limitada de influenciar o projeto do imóvel, o contrato de construção passa a ser visto como um contrato convencional de venda de bens. Nesse contexto, de acordo com o CPC 30, as respectivas receitas e despesas somente devem ser reconhecidas no momento da

transferência dos riscos e benefícios ao comprador, o que frequentemente só acontece por ocasião da entrega das chaves do imóvel.

2.3.5 CPC 27 – Ativo imobilizado (IAS 19)

De maneira geral, não existem diferenças significativas no que diz respeito ao reconhecimento e à mensuração de tais ativos na atualidade e no âmbito da antiga norma brasileira – os bens imobilizados continuam a ser reconhecidos pelo valor de custo e são depreciados ao longo da vida útil. Contudo, a norma internacional exige um maior detalhamento em relação ao tratamento observado até então no Brasil, incluindo requisitos de depreciação por componente e revisão anual da vida útil. Adicionalmente, é requerido um maior nível de divulgação, para permitir que os usuários avaliem adequadamente os tipos de ativos imobilizados controlados pelas entidades e, igualmente, suas mutações ao longo do período.

Em razão da influência fiscal na elaboração das demonstrações contábeis para fins societários no cenário nacional, é fato que grande parte das empresas vinha, até o ano de 2007, depreciando seus ativos com base nas taxas admitidas pela legislação fiscal. Nesse contexto, tais empresas não faziam, por exemplo, a revisão da vida útil desses ativos, ou ainda a determinação dos respectivos valores residuais.

De fato, tal prática acabava por reduzir a relevância da informação contábil no momento de tomada de decisão. Isso porque, ao longo do tempo, parte dos ativos totalmente depreciados, conforme critérios fiscais, continuavam gerando benefícios econômicos para as empresas. Dessa forma, o ativo e, por conseguinte, o patrimônio líquido ficam subavaliados, e, em contrapartida, o resultado também fica subavaliado, pois não reflete a depreciação dos ativos fixos.

Como forma de “corrigir” o valor dos ativos imobilizados, foi fortemente recomendado pelo CPC que, na adoção inicial das normas internacionais no Brasil, as empresas mensurassem tais ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*), que seria o valor justo desses ativos nessa data.

É importante mencionar que, apesar de as normas internacionais permitirem que as empresas adotem a reavaliação como base de mensuração dos ativos imobilizados, tal prática

foi abolida no Brasil com a Lei 11.638/07. Em outras palavras, a adoção do *deemed cost*, que pode ser vista como uma reavaliação, é permitida apenas para fins de adoção inicial das normas internacionais.

2.3.6 CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola (IAS 41)

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola determina o tratamento contábil para as companhias que possuem atividades agrícolas. Tais atividades envolvem, basicamente, o gerenciamento do processo de transformação de ativos biológicos, que são animais e plantas vivas, em produtos agrícolas para fins de comercialização.

Entre os exemplos apresentados no CPC 29 de ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos resultantes de processamento após a colheita estão:

- Ativos biológicos – carneiros, árvores de uma plantação, plantas, gado de leite, porcos, arbustos, videiras, árvores frutíferas;
- Produtos Agrícolas – lã, madeira, algodão, cana colhida, café, leite, carcaça, folhas, uva, fruta colhida²; e
- Produtos resultantes do processamento após a colheita – fio, tapete, madeira serrada, celulose, fio de algodão, roupa, açúcar, álcool, café limpo em grão, moído, torrado, queijo, salsicha, presunto, chá, tabaco, vinho, fruta processada.

O CPC 29 determina o tratamento contábil para os ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, bem como para a mensuração inicial dos produtos agrícolas no momento da colheita. A norma exige que os referidos ativos sejam mensurados pelo valor justo menos os custos para vender, desde o reconhecimento inicial até o momento da colheita, exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável. Essa exigência implica a necessidade da existência de mercado para esse ativo biológico.

² Embora alguns produtos na lista sejam classificados como atividade pecuária, o CPC 29 exemplifica como produtos enquadrados como atividade agrícola.

Assim, o gado leiteiro é continuamente avaliado a valor justo menos despesas de venda, com as oscilações desse valor justo afetando o resultado, já que o normal é a existência de mercado ativo para esse ativo biológico. As bezerras, ao nascerem, também são imediatamente avaliadas ao valor justo contra o resultado. Já no caso de certas árvores em crescimento para futura produção de madeira, por exemplo, pode não haver valor de mercado enquanto nessa fase. Nesse caso, a avaliação desse ativo biológico é feita pelo custo. Noutro exemplo, pode não haver valor de mercado para os pés de café tomados isoladamente nem outra forma confiável de se obtê-lo – e, nesse contexto, serão avaliados ao custo também.

Se passar a haver mercado e condição de avaliação ao valor justo menos despesas de venda para um ativo biológico que vinha sendo avaliado ao custo, esse valor justo líquido deve passar a ser utilizado desse momento em diante. Quando da avaliação ao valor justo menos despesas de venda, todos os gastos relativos ao ativo biológico são considerados como despesa do período quando incorridos (CPC 29).

2.3.7 CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39)

O CPC 38 é um dos pronunciamentos mais controversos entre as diversas normas IFRS e, igualmente, um dos mais difíceis de interpretar e aplicar. Segundo o CPC, a definição de “instrumento financeiro” é qualquer contrato que origine um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou título patrimonial para outra entidade. Dessa forma, é muito improvável que a maioria das empresas não tenha pelo menos uma operação que se enquadre como instrumento financeiro e, portanto, esteja sujeita à aplicação do CPC 38.

Na adoção dessa importante norma ocorreram, sim, ajustes e reclassificações, relativos, por exemplo, ao desreconhecimento de recebíveis, transferências entre grupos equivalentes de caixa e aplicações financeiras e reconhecimento de ativos financeiros anteriormente classificados como imobilizados.

O CPC 40 define os critérios para divulgação dos instrumentos financeiros. O objetivo da evidenciação é possibilitar que o usuário da demonstração contábil seja suprido com informações que permitam uma avaliação de dois pontos fundamentais:

- i) a significância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da entidade; e
- ii) a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros a que a entidade está exposta durante e ao fim do período contábil, e como a entidade administra esses riscos.

Para que esse objetivo seja atendido, a empresa deverá apresentar diversas informações com instrumentos financeiros, incluindo os derivativos. Uma das informações consideradas mais importantes é justamente a segregação de tais instrumentos.

Sobre esse aspecto, o CPC 40 coloca que os instrumentos financeiros devem ser segregados por categoria, da seguinte maneira:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Empréstimos recebidos
- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Contudo, a referida norma, no seu guia de aplicação, igualmente permite que tais instrumentos sejam segregados por base de mensuração, isto é, segregados em duas categorias: custo amortizado ou valor justo. Portanto, quando uma empresa apresenta a segregação por categoria, está fazendo uma divulgação mais completa. Já quando ela segrega os instrumentos financeiros apenas por base de mensuração, está apenas atendendo ao mínimo exigido.

CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção inicia-se apresentando a metodologia utilizada no presente trabalho e o plano de amostragem da pesquisa, para em seguida abordar a definição do método e dos parâmetros empregados. Posteriormente, se revela a forma como os dados foram manejados para se chegar aos resultados que suportam as conclusões acerca das hipóteses formuladas.

Inicialmente, observa-se a necessidade de adotar uma metodologia de pesquisa a fim de se atingir o objetivo a que se propõe este trabalho. Para Marconi e Lakatos (1996, p.46):

O método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Conforme explicitado, as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 introduziram diversas mudanças na forma de contabilização dos eventos ou fenômenos econômicos e financeiros, alterando, conseqüentemente, a formação dos resultados líquidos das companhias.

Nesse contexto, ao se comparar os resultados líquidos das companhias pesquisadas nos exercícios de 2007, 2008 e 2009, resultados esses embasados na nova normatização, com os resultados obtidos pelos efeitos anteriores à implantação das mudanças estabelecidas pelas supracitadas Leis, será possível determinar qual impacto tais mudanças contábeis representaram nos resultados das companhias pesquisadas, no âmbito da harmonização dos princípios contábeis brasileiros com os internacionais.

Segundo Richardson (1999, p.26), a formulação de um problema ou pergunta deve ser baseada na observação de um fenômeno. Assim, diante da enorme mudança nos critérios de contabilização das práticas contábeis brasileiras, em que não se pode afirmar se houve redução ou aumento na formação dos resultados dos períodos analisados, busca-se saber como as mudanças da contabilidade impactaram a formação dos resultados das companhias pesquisadas. Para tanto, faz-se necessária a análise das demonstrações financeiras publicadas nos anos de 2007, 2008 e 2009.

3.1 ANÁLISES DESCRITIVAS

A pesquisa pode ser caracterizada quanto aos fins ou quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva. Esta expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Ademais, a pesquisa descritiva não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 1998, p.47).

Seguindo a mesma linha, Mattar (1996) ressalta a inter-relação com o problema de pesquisa, ao afirmar que a utilização desse tipo de pesquisa deverá ocorrer quando o propósito de estudo for descrever as características de grupos, estimar a proporção de elementos que tenham determinadas características ou comportamentos dentro de uma população específica, descobrir ou verificar a existência de relação entre variáveis.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, e aí se dá a utilização de teses, dissertações, artigos, livros, jornais e sites para desenvolver e suportar os objetivos propostos, como neste estudo. A abordagem, por sua vez, é quantitativa, pois se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações como nas comparações, como percentual de incremento ou decréscimo (RICHARDSON, 1999).

Heerdts e Leonel (2006) afirmam que a pesquisa documental assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica, se diferenciando dela apenas pelas fontes dos dados: a documental utiliza dados primários, ao passo que a bibliográfica utiliza dados secundários.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Conforme anotações de Marconi e Lakatos (1996) e Levin (1985), a população a ser pesquisada ou o universo da pesquisa é definido como o conjunto de indivíduos ou elementos que apresentam pelo menos uma característica em comum.

Conforme Levin (1985, p.19):

[...] posto que o pesquisador trabalha com tempo, energia e recursos econômicos limitados, raras vezes ele estuda individualmente todos os sujeitos da população na qual está interessado. Em lugar disso, o

pesquisador estuda apenas uma amostra – que se constitui de um número menor de sujeitos tirados de uma determinada população. Através do processo de amostragem, o pesquisador busca generalizar (conclusões) de sua amostra para a população toda, da qual essa amostra foi extraída.

Mattar (1996) e Bortholotto (2000) afirmam que a ideia básica da utilização da amostragem em pesquisas é que a coleta de dados de alguns elementos da população e a análise podem proporcionar informações relevantes a respeito de toda a população. Assim sendo, as pesquisas dependem fundamentalmente do processo de amostragem.

Segundo Malhotra (2001, p.302), o processo de planejamento amostral se constitui de cinco estágios, como mostra a Figura 2.

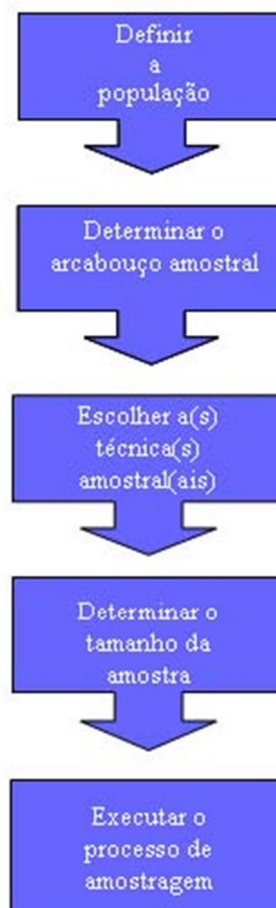


Figura 2 - Processo de planejamento amostral

A população-alvo são os elementos ou objetos que reúnem as informações procuradas pelo pesquisador, sobre as quais devem ser feitas inferências. Já o arcabouço amostral é uma representação dos elementos da população-alvo. Compreende uma lista ou conjunto de instruções para identificar a população-alvo. Com relação ao tamanho da amostra, Vieira (2002) ressalta que as pesquisas descritivas normalmente se baseiam em amostras grandes e representativas.

Dessa forma, farão parte da pesquisa as companhias listadas no índice IBOVESPA em 03 de janeiro de 2011, uma vez que se tratam das principais companhias em atividade no país, tendo em vista o fácil acesso às suas demonstrações contábeis – que são publicadas obrigatoriamente –, excluindo-se as instituições financeiras, que já aplicavam parcialmente, mesmo antes da edição das Leis 11.637/07 e 11.941/09, várias normas do sistema contábil internacional, por instrução do Banco Central. Assim, a amostra das companhias que serão pesquisadas corresponde a 57 (cinquenta e sete) companhias, totalizando 171 (cento e setenta e uma) demonstrações contábeis publicadas relativas aos anos de 2007, 2008 e 2009.

Sobre os critérios adotados pela BMF/Bovespa para a classificação setorial, cumpre observar:

A estrutura para a classificação setorial foi elaborada considerando-se, principalmente, os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas empresas, com os seguintes propósitos:

- fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das empresas, já a partir do primeiro nível da estrutura;
- permitir uma visão sobre empresas que, embora com atividades diferentes, atuem em estágios similares da cadeia produtiva ou com produtos/serviços relacionados e tendam a responder de forma semelhante às condições econômicas;
- facilitar a localização dos setores de atuação das empresas negociadas; e
- aproximar-se de critérios utilizados pelo mercado financeiro nacional e internacional.

Para a classificação das empresas, foram analisados os produtos ou serviços que mais contribuem para a formação das receitas das Companhias, considerando-se, ainda, as receitas geradas no âmbito de empresas investidas de forma proporcional às participações acionárias detidas.

No caso de Companhias de participação, foi considerada a contribuição de cada setor na formação das receitas consolidadas, sendo que:

- se algum setor representou participação maior ou igual a dois terços das receitas, a empresa de participação foi classificada nesse setor;
- caso contrário, a empresa de participação foi classificada como holding diversificada.

A estrutura setorial e a classificação das empresas negociadas serão objeto de revisões periódicas. No caso de haver alterações nos produtos ou serviços com maior contribuição para a formação das receitas, avaliaremos se essas alterações se mantêm ao longo do tempo ou constituem-se numa tendência, antes que seja feita a reclassificação setorial da empresa. (BM&FBOVESPA, s/d)

As empresas analisadas – classificadas por setor econômico, listadas no índice IBOVESPA em 03 de janeiro de 2011 – são:

Tabela 1 - Companhias Abertas que compõem a amostra da pesquisa

Setor econômico	Quant.	Companhias Abertas Selecionadas
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	03	Ecodiesel, OGX Petróleo e Petrobrás
Materiais Básicos	10	Braskem, CSN, Duratex, Fibria, Gerdau, Gerdau Metais, Klabin S.A., MMX Mineração, Usiminas e Vale
Bens Industriais	01	Embraer
Construção e Transporte	12	All Logística, Brookfield, CCR Rodovias, Cyrela Realty, Gafisa, Gol Linhas Aéreas, LLX Logística, MRV, PDG Realt, Portx Operações Portuárias S.A., Rossi Residencial e TAM S.A.
Consumo Não Cíclico	09	AMBEV, BRF Foods, Cosan, Hypermarcas, JBS, Souza Cruz, Marfrig, Natura e Pão de Açúcar - CBD
Consumo Cíclico	03	B2W Varejo, Lojas Americanas e Lojas Renner
Telecomunicações	06	Brasil Telecom, Tim Participações S.A., Telesp, Telemar N. L., Telemar e Vivo S.A.
Utilidade Pública	09	CESP, Cemig, CPFL Energia, Copel, Eletrobrás, Eletropaulo, Light S.A., SABESP e Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Financeiros e Outros	04	BMF Ibovespa, Cielo S.A., Redecard e Ultrapar
Total	57	

Tabela elaborada pelo autor a partir de dados da classificação setorial Ibovespa.

3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

De posse das demonstrações financeiras das 57 (cinquenta e sete) companhias pesquisadas, correspondentes à movimentação patrimonial dos anos de 2007, 2008 e 2009,

serão segregados de acordo com os blocos setoriais (nove no total), totalizando 171 (cento e setenta e uma) demonstrações contábeis que serão analisadas.

Os resultados auferidos nas companhias brasileiras pesquisadas – com os efeitos, portanto, das mudanças na contabilidade – e mencionados nas demonstrações contábeis dos respectivos períodos serão relacionados. A partir da coleta de todos os dados e ajustes destacados em relação às mudanças contábeis nas demonstrações financeiras, será possível representar numericamente o resultado contábil que seria auferido caso os ajustes em função dos novos princípios não tivessem ocorrido.

Os valores sem considerar os ajustes das novas regras serão extraídos dos quadros demonstrativos publicados nas demonstrações financeiras das companhias, quando disponível, ou por intermédio da leitura minuciosa das notas explicativas, com o objetivo de apurar qual foi o efeito contábil dos ajustes efetuados em cada grupo de contas contábeis entre as companhias pesquisadas.

Com base nos dois resultados (antes e após os ajustes contábeis), será possível estabelecer, percentualmente, qual impacto os ajustes representaram no resultado de cada uma das companhias analisadas.

De posse desse ajuste percentual, serão elaborados os gráficos representando os ajustes contábeis de modo geral, bem como a oscilação percentual em todos os setores das companhias analisadas.

A partir daí, com o objetivo de identificar quais alterações contábeis representaram maior impacto nos resultados, em decorrência das diferenças entre as regras aplicadas antes e após as Leis 11.638/07 e 11.941/09, serão selecionadas as dez companhias com maior impacto percentual em seus resultados, que estabelecemos em número de dez, por representar uma boa amostra, considerando que temos 57 (cinquenta e sete) Companhias Abertas como parte da pesquisa. Serão estudadas as cinco maiores e as cinco menores distorções identificadas.

Uma vez identificadas as principais diferenças nos resultados das dez companhias, serão apontados quais pronunciamentos contábeis foram responsáveis pelos ajustes nas companhias, efetuando a sua correlação com as principais alterações das regras contábeis demonstradas no referencial teórico desta pesquisa.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar qual foi o impacto das mudanças ocorridas na contabilidade brasileira com a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09 na apuração dos resultados líquidos das companhias esquadrihadas, nos anos de 2007, 2008 e 2009, e que mudanças contábeis deram origem a tal impacto.

As companhias – e seus respectivos setores econômicos, conforme classificação do índice IBOVESPA em 03 de janeiro de 2011 – que fazem parte da pesquisa são:

Tabela 2 - Companhias pesquisadas e seus setores econômicos

Companhia	Setor Econômico
Embraer	Bens Industriais
ALL Logística	Construção e Transporte
Brookfield	Construção e Transporte
CCR Rodovias	Construção e Transporte
Cyrela Realt	Construção e Transporte
Gafisa	Construção e Transporte
Gol Linhas Aéreas	Construção e Transporte
LLX Logística	Construção e Transporte
MRV	Construção e Transporte
PDG Realt	Construção e Transporte
Portx Operações Portuárias S.A.	Construção e Transporte
Rossi Residencial	Construção e Transporte
TAM S.A.	Construção e Transporte
B2W Varej	Consumo Cíclico

Companhia	Setor Econômico
Lojas Americanas	Consumo Cíclico
Lojas Renner	Consumo Cíclico
Ambev	Consumo Não Cíclico
BRF Foods	Consumo Não Cíclico
Cosan	Consumo Não Cíclico
Hypermarcas	Consumo Não Cíclico
JBS	Consumo Não Cíclico
Marfrig	Consumo Não Cíclico
Souza Cruz	Consumo Não Cíclico
Embraer	Bens Industriais
ALL Logística	Construção e Transporte
Brookfield	Construção e Transporte
CCR Rodovias	Construção e Transporte
Cyrela Realt	Construção e Transporte
Gafisa	Construção e Transporte
Gol Linhas Aéreas	Construção e Transporte
LLX Logística	Construção e Transporte
MRV	Construção e Transporte
PDG Realt	Construção e Transporte
Portx Operações Portuárias S.A.	Construção e Transporte
Rossi Residencial	Construção e Transporte
TAM S.A.	Construção e Transporte

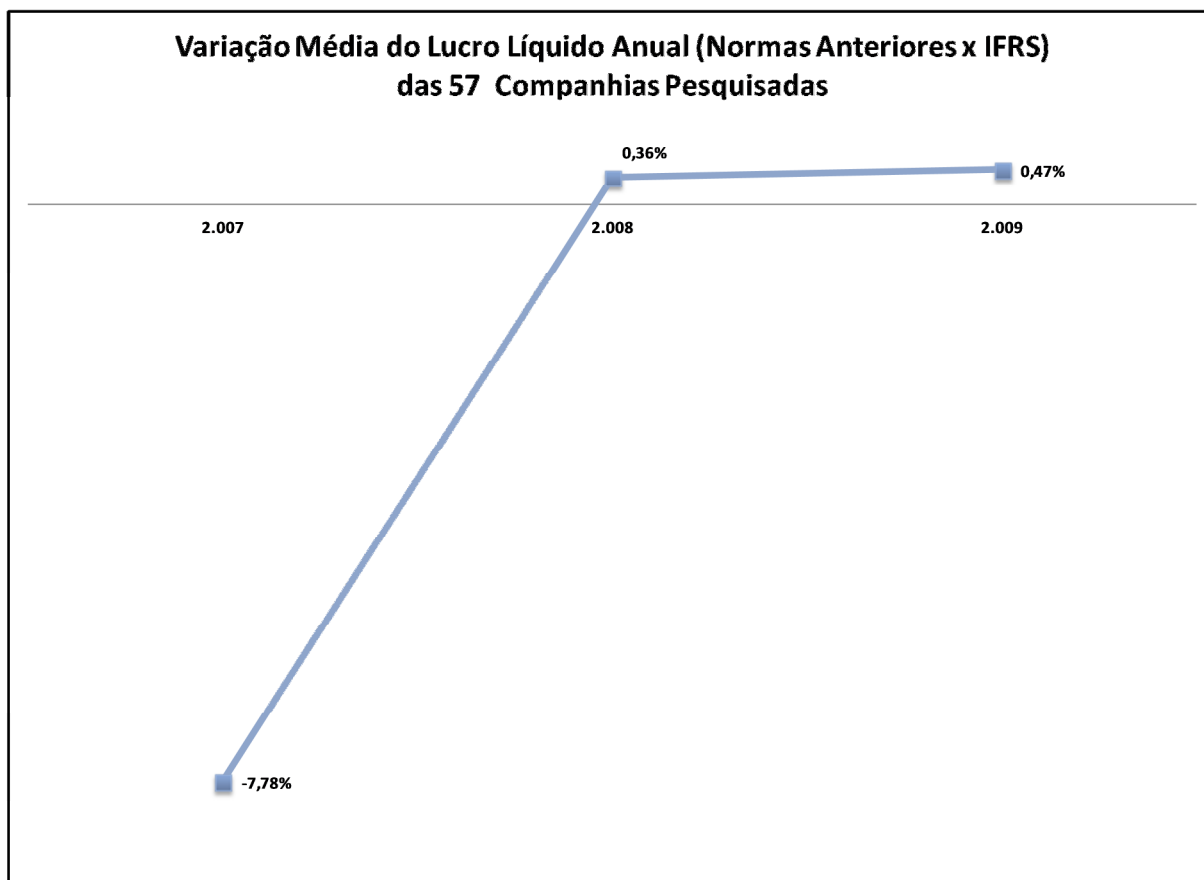
Companhia	Setor Econômico
B2W Varej	Consumo Cíclico
Lojas Americanas	Consumo Cíclico
Lojas Renner	Consumo Cíclico
Ambev	Consumo Não Cíclico
BRF Foods	Consumo Não Cíclico
Cosan	Consumo Não Cíclico
Hypermarcas	Consumo Não Cíclico
JBS	Consumo Não Cíclico
Marfrig	Consumo Não Cíclico
Souza Cruz	Consumo Não Cíclico
Embraer	Bens Industriais
ALL Logística	Construção e Transporte
Brookfield	Construção e Transporte
CCR Rodovias	Construção e Transporte
Cyrela Realt	Construção e Transporte
Gafisa	Construção e Transporte
Gol Linhas Aéreas	Construção e Transporte
LLX Logística	Construção e Transporte
MRV	Construção e Transporte
PDG Realt	Construção e Transporte
Portx Operações Portuárias S.A.	Construção e Transporte

4.1 RESULTADOS DOS TESTES GLOBAIS

Para a concretização dos objetivos propostos, foram coletados os resultados auferidos pelas supracitadas companhias nas demonstrações contábeis correspondentes aos anos de 2007, 2008 e 2009, já com as alterações das novas regras contábeis, resultados esses confrontados com aqueles que tais empresas teriam alcançado caso essas normas contábeis não tivessem ocorrido.

Os valores sem os ajustes das novas regras foram extraídos dos quadros apresentados nas demonstrações contábeis das companhias, quando disponibilizados. Nos demais casos, os ajustes relacionados às novas normas contábeis foram identificados nas notas explicativas das demonstrações examinadas.

Graficamente, o efeito no resultado contábil a partir da edição das novas regras foi o seguinte:



**Figura 3 - Variação percentual do resultado contábil com os efeitos das IFRS
(variação percentual de -7,73% em 2007, 0,36% em 2008 e 0,47% em 2009)**

Analisando-se o comportamento geral dos resultados antes e após as mudanças contábeis, é possível perceber que houve uma oscilação relevante (queda de 7,73%) no ano de 2007 nos números publicados pelas companhias. Nos anos de 2008 e 2009, ao contrário do que ocorreu em 2007, nota-se uma pequena oscilação positiva, 0,36% em 2008 e 0,47% em 2009.

Alguns ajustes efetuados no primeiro ano de adoção das novas normas (2007), tais como os ajustes a valor presente, valor recuperável dos ativos imobilizados e ativos financeiros, provocaram queda relevante nesse período de transição. A partir dos anos seguintes, nota-se que os efeitos nos resultados das companhias tendem a recuperar o impacto negativo do primeiro ano, se comportando positivamente. Isso ocorre porque parte dos ajustes efetuados no ativo terá as depreciações e amortizações reduzidas com o passar do ano. Logo, o resultado a partir dos anos seguintes tende a ser positivo. A menos que a companhia tenha novos e relevantes ajustes negativos nos ativos também nos anos seguintes.

No intuito de justificar com mais clareza os principais fatores desses impactos, serão demonstrados a seguir os resultados das companhias nos diferentes contextos, separadas por setor econômico, conforme classificação setorial Ibovespa.

4.2 RESULTADOS DOS TESTES POR SETOR ECONÔMICO

Nos quadros apresentados a seguir estão demonstrados os efeitos dos ajustes contábeis nos resultados das companhias antes das mudanças nas regras contábeis e após a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09. Os campos correspondentes aos efeitos da transição para CPC e IFRS que estão em branco indicam que (i) a companhia não apurou nenhum ajuste relacionado com as mudanças contábeis naquele período, ou (ii) não divulgou o ajuste nas demonstrações contábeis publicadas relativas ao período em análise.

Analisando-se os resultados por setor econômico, é possível notar o seguinte:

Tabela 3 - Resultados contábeis das companhias do setor Bens Industriais

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Embraer	894.592	(1.548.215)	(653.623)	-173,06%	428.750	-	428.750	0,00%	1.174.727	-	1.174.727	0,00%
Total	894.592	(1.548.215)	(653.623)	-173,06%	428.750	-	428.750	0,00%	1.174.727	-	1.174.727	0,00%

Os comentários relacionados à oscilação do resultado da Embraer, única empresa do setor de Bens Industriais que compõe a amostra, estão no item 4.3.2. A Embraer foi selecionada para uma análise mais detalhada tendo em vista a relevante redução do resultado contábil da companhia, - 173,06%, ou seja, uma das dez maiores oscilações de resultado contábil do universo de companhias abertas pesquisadas.

Tabela 4 - Resultados contábeis das companhias do setor Construção e Transporte

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
ALL Logística	31.653	-	31.653	0,00%	222.009	-45.283	176.726	-20,40%	186.286	23.580	162.706	-12,66%
Brookfield	201.887	-	201.887	0,00%	155.032	-52.195	102.837	-33,67%	154.589	-9.328	145.261	-6,03%
CCR Rodovias	634.564	69.531	704.095	10,96%	714.180	-594	713.586	-0,08%	583.581	-3.899	579.682	-0,67%
Cyrela Real	826.898	-97.549	729.349	-11,80%	366.464	-88.756	277.708	-24,22%	1.948.660	-150.636	1.798.024	-7,73%
Gafisa	213.540	-111.800	101.740	-52,36%	109.921	-	109.921	0,00%	113.603	-21.963	91.640	-19,33%
Gol Linhas Aéreas	858.466	32.366	890.832	3,77%	-1.237.114	-2.233	-1.239.347	0,18%	268.527	-	268.527	0,00%
LLX Logística	-56.980	103.176	46.196	181,07%	-52.972	1.331	-51.641	2,51%	160.866	-	160.866	0,00%
MRV	347.422	26.644	374.066	7,67%	231.030	5.131	236.161	2,22%	22.272	-	22.272	0,00%
PDG Real	338.132	-	338.132	0,00%	222.093	-39.630	182.463	-17,84%	71.157	-	71.157	0,00%

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Portx Operações Portuárias S.A.	7.594	-	7.594	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%
Rossi Residencial	218.099	-14.536	203.563	-6,66%	118.638	-	118.638	0,00%	131.315	-57.816	73.499	-44,03%
TAM S.A.	1.342.539	-95.761	1.246.778	-7,13%	-1.360.107	-149.548	-1.509.655	-11,00%	128.896	376.233	505.129	291,89 %
Total	4.963.814	(87.929)	4.875.885	-1,77%	(510.826)	(371.777)	(882.603)	72,78%	3.769.752	156.171	3.878.763	4,14%

Observa-se que houve variação negativa no resultado contábil do setor de Construção e Transporte no ano de 2009, principalmente pela adoção do CPC 17 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário. Isso porque o CPC 17 afeta diretamente a forma de contabilização dos contratos de longo prazo, que são a grande maioria dos contratos que o setor de Construção pactua com seus clientes.

As novas regras de contabilização determinam que as receitas e os custos de incorporação ou venda requerem avaliação das características do contrato de construção, as quais determinarão a forma de contabilização dos fatos contábeis. O fundamental é a transferência de riscos e benefícios ao adquirente. Se essa transferência se der durante a construção, a receita deve ser reconhecida durante a construção. Já se a transferência se der apenas na entrega das chaves, a receita também só pode ser reconhecida nesse momento.

O principal impacto desse setor se verifica na Companhia LLX Logística, conforme demonstrado detalhadamente no item 4.3.8. A LLX Logística foi selecionada para a análise mais detalhada em função da redução do resultado contábil da companhia no período, que representou 183,58%, ou seja, essa companhia, tal qual a Embraer, faz parte do grupo com maiores oscilações no resultado contábil do universo de companhias pesquisadas.

Tabela 5 - Resultados contábeis das companhias do setor Consumo Cíclico

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
B2W Varejo	33.111	14.498	47.609	43,79%	101.448	(39.680)	61.768	-39,11%	62.204	-	62.204	0,00%

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Lojas Americanas	217.406	88.026	305.432	40,49%	116.588	(27.061)	89.527	-23,21%	123.521	-	123.521	0,00%
Lojas Renner	189.589	-	189.589	0,00%	162.450	11.060	173.510	6,81%	150.672	5.190	155.862	3,44%
Total	440.106	102.524	542.630	23,30%	380.486	(55.681)	324.805	-14,63%	336.397	5.190	341.587	1,54%

O setor de Consumo Cíclico, considerando-se as companhias da amostra, classificadas conforme divisão setorial Ibovespa, apresentou uma variação percentual positiva de 10,21% e acréscimo de R\$ 52.633,00 no resultado líquido geral do período, com crescimento preponderantemente concentrado em 2009.

Conforme notas explicativas dessas companhias abertas, os principais ajustes que influenciaram os resultados contábeis estão relacionados com a aplicação do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. Isso porque grande parte do ativo dessas companhias é composta de contas a receber de clientes, já que parcela importante das negociações de venda é feita a prazo e com volume de juros relevante.

O CPC 12 reflete os parâmetros para o reconhecimento do valor presente. Requer que os ativos e passivos sejam descontados a valor presente caso o valor contábil apresente distorção relevante nas demonstrações financeiras em comparação com o valor presente. Não há nenhuma norma equivalente nas IFRS.

Antes do CPC 12, e após a revogação da correção monetária de balanço desde 1995, a forma de contabilização brasileira não dispunha de norma específica sobre ajuste a valor presente. De modo geral, as contas a receber e a pagar eram registradas a valor futuro, ou seja, com os juros da negociação embutidos na operação de venda.

Tabela 6 - Resultados contábeis das companhias do setor Consumo Não Cíclico

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Ambev	5.959.937	26.113	5.986.050	0,44%	3.407.875	(348.397)	3.059.478	-10,22%	2.816.407	-	2.816.407	0,00%

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
BRF Foods	120.427	-	123.015	0,00%	54.372	(12.043)	42.329	-22,15%	321.307	-	321.307	0,00%
Cosan	443.669	30.167	473.836	6,80%	349.486	-	349.486	0,00%	357.269	-	357.269	0,00%
Hypermarcas	313.373	(21.267)	292.106	-6,79%	1.916.528	1.689	1.918.217	0,09%	58.833	-	58.833	0,00%
JBS	129.424	91.286	220.710	70,53%	822.743	(796.804)	25.939	-96,85%	(165.032)	-	(165.032)	0,00%
Marfrig	679.079	(144.644)	534.435	-21,30%	(35.500)	-	(35.500)	0,00%	95.284	(23.543)	71.741	-24,71%
Natura	683.924	-	683.924	0,00%	518.111	4.008	522.119	0,77%	462.255	(20.116)	442.139	-4,35%
Pão de Açúcar CBD	591.580	53.090	644.670	8,97%	281.360	(20.933)	260.427	-7,44%	210.878	(25.223)	185.655	-11,96%
Souza Cruz	1.481.600	2.800	1.484.400	0,19%	1.212.100	37.500	1.249.600	3,09%	908.100	125.500	1.033.600	13,82%
Total	10.403.013	37.545	10.443.146	0,36%	8.527.075	(1.134.980)	7.392.095	-13,31%	5.065.301	56.618	5.121.919	1,12%

No setor de Consumo Não Cíclico, a variação percentual no período foi negativa (- 11,83%) e representou uma diminuição na formação do resultado líquido de R\$ 1.040.817,00, com maior concentração no ano de 2008, sobretudo entre as empresas Ambev, BRF Foods e JBS.

Basicamente, conforme notas explicativas dessas companhias, o impacto nas demonstrações contábeis dessas empresas se deve à adoção do CPC 01 - Redução de Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). Isso porque seus parques fabris são repletos de ativos adquiridos em anos anteriores, ativos esses que, por conta do CPC 01, tiveram de ser avaliados, incluindo a indicação de nova expectativa de vida útil, acarretando, portanto, novas taxas de depreciação.

Antes do CPC 01, a CVM exigia que as empresas reduzissem o ativo imobilizado ao seu valor recuperável diante de eventos ou circunstâncias que indicassem a existência de uma desvalorização permanente. Entretanto, havia pouca, ou quase nenhuma, orientação sobre a forma de cálculo dessas eventuais reduções e, por conseguinte, não era comum o registro de perdas no valor recuperável.

Tabela 7 - Resultados contábeis das companhias do setor Financeiros e Outros

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
BM&F Ibovespa	881.050	-	881.050	0,00%	645.596	-	645.596	0,00%	171.814	-	171.814	0,00%
Cielo S.A.	1.533.794	-	1.533.794	0,00%	1.393.843	-	1.393.843	0,00%	884.852	(915)	883.937	-0,10%
Redecard	1.394.560	-	1.394.560	0,00%	1.196.120	-	1.196.120	0,00%	700.765	-	700.765	0,00%
Ultrapar	466.748	(26.007)	440.741	-5,57%	388.014	2.255	390.269	0,58%	181.893	-	181.893	0,00%
Total	4.276.152	(26.007)	4.250.145	-0,61%	3.623.573	2.255	3.625.828	0,06%	1.939.324	(915)	1.938.409	-0,05%

Em Financeiros e Outros, setor em que, basicamente, estão inseridas holdings e operadoras de cartão de crédito, não houve oscilação representativa (apenas menor de 1%) no resultado líquido das companhias analisadas.

Tendo em vista a natureza das companhias listadas nesse setor econômico – empresas prestadoras de serviços em quase sua totalidade –, que, desse modo, não possuem ativos imobilizados ou contas a receber em longo prazo relevantes, não houve a necessidade de efetuar ajustes significativos no resultado contábil para adaptá-lo às regras de contabilidade internacionais.

Tabela 8 - Resultados contábeis das companhias do setor Materiais Básicos

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Braskem	767.792	(369.301)	398.491	-48,10%	617.438	-	617.438	0,00%	77.753	-	77.753	0,00%
CSN	2.588.217	26.964	2.615.181	1,04%	5.716.938	57.211	5.774.149	1,00%	2.905.245	-	2.905.245	0,00%
Duratex	97.935	-	97.935	0,00%	75.095	-	75.095	0,00%	45.922	771	46.693	1,68%
Fibria	1.218.296	1.371.174	2.589.470	112,55%	(1.299.540)	(10.807)	(1.310.347)	-0,83%	630.101	-	630.101	0,00%

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Gerdau	1.122.860	(894)	1.121.966	-0,08%	2.881.243	1.059.262	3.940.505	36,76%	2.288.310	753.821	3.042.131	32,94%
Gerdau Metais	492.065	(118.232)	373.833	-24,03%	1.241.649	476.681	1.718.330	38,39%	1.062.433	372.625	1.435.058	35,07%
Klabin S.A.	335.862	(164.121)	171.741	-48,87%	(348.646)	-	(348.646)	0,00%	621.429	(17.806)	603.623	-2,87%
MMX Mineração	(214.147)	29.009	(185.138)	13,55%	(848.024)	(8.825)	(856.849)	1,04%	765.603	-	765.603	0,00%
Usiminas	1.303.092	(30.066)	1.273.026	-2,31%	3.748.493	(499.712)	3.248.781	-13,33%	3.187.417	(15.522)	3.171.895	-0,49%
Vale	10.249.000	88.000	10.337.000	0,86%	21.279.000	-	21.279.000	0,00%	29.708.000	(8.429.000)	21.279.000	-28,37%
Total	17.960.972	832.533	18.793.505	4,64%	33.063.646	1.073.810	34.137.456	3,25%	41.292.213	(7.335.111)	33.957.102	-17,76%

No setor de Materiais Básicos, foi observada uma redução líquida percentual de 9,87%, que representa uma diminuição no resultado contábil de R\$ 5.428.768,00. Esse resultado negativo está concentrado no ano de 2007, sendo que a Vale foi a principal companhia responsável pela oscilação.

Nas demonstrações contábeis da Vale de 2007, destacam-se ajustes relacionados ao CPC 01 - Redução de Valor Recuperável de Ativos e ao CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. No que diz respeito ao CPC 01, conforme mencionado no caso da Ambev, da BRF Foods e da JBS no setor de Consumo Não Cíclico, basicamente o ajuste decorre do fato de os parques fabris serem repletos de ativos muitas vezes adquiridos em anos anteriores. Ou seja, como no caso das empresas afetadas pelo CPC 01 citadas anteriormente, a Vale teve de avaliar e indicar novos valores e nova expectativa de vida útil para tais ativos e, portanto, novas taxas de depreciação.

Antes do CPC 01, como mencionado anteriormente, a CVM exigia que as empresas reduzissem o ativo imobilizado ao seu valor recuperável diante de eventos ou circunstâncias que indicassem a existência de uma desvalorização permanente. Entretanto, havia pouca, ou quase nenhuma, orientação sobre a forma de cálculo dessas eventuais reduções e, por conseguinte, não era comum o registro de perdas no valor recuperável.

Importante mencionar que foram analisadas as notas explicativas de outras quatro companhias desse setor: Fibria, Gerdau, Gerdau Metais e Klabin. Essas empresas, por figurarem entre as maiores oscilações no resultado contábil, tendo em vista a aplicação das novas práticas, foram selecionadas para a avaliação detalhada.

Se o setor de Materiais Básicos fosse tratado sem se considerar a Vale no grupo das companhias abertas, tendo em vista sua representatividade financeira na formação do índice, seria observada uma relevante variação positiva no período de 17,64% (3,78% em 2009, 3,25% em 2008 e 10,61% em 2007).

Tabela 9 - Resultados contábeis das companhias do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Ecodiesel	(88.508)	53.630	(34.878)	60,59%	(197.100)	-	(197.100)	0,00%	(45.981)	-	(45.981)	0,00%
OGX Petróleo	10.829	(111.455)	(100.626)	-1029,23%	234.574	125.310	359.884	53,42%	(6.353)	18.806	12.453	296,02%
Petrobrás	29.313.000	646.000	29.959.000	2,20%	32.987.792	927.323	33.915.115	2,81%	21.511.789	-	21.511.789	0,00%
Total	29.235.321	588.175	29.823.496	2,01%	33.025.266	1.052.633	34.077.899	3,19%	21.459.455	18.806	21.478.261	0,09%

No que se refere ao setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, a oscilação no resultado líquido foi positiva em 5,29%, com o incremento concentrado basicamente nas empresas OGX Petróleo e Ecodiesel. Estas também fazem parte do universo das dez empresas cujas oscilações serão analisadas em detalhe, já que figuram o grupo de companhias com as maiores diferenças percentuais entre aquelas pesquisadas.

Entre os principais fatores que levaram a essa relevante oscilação positiva nos resultados está a aplicação do CPC 29 - Ativos Biológicos e do CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

Tabela 10 - Resultados contábeis das companhias do setor Telecomunicações

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Brasil Telecom	(1.140.689)	121.378	(1.019.311)	10,64%	800.051	-	800.051	0,00%	444.455	-	444.455	0,00%
Telemar	761.077	-	761.077	0,00%	(16.772)	-	(16.772)	0,00%	303.103	(7.654)	295.449	-2,53%
Telemar N. L.	5.216.638	(123.900)	5.092.738	-2,38%	(594.827)	-	(594.827)	0,00%	2.691.773	197.444	2.889.217	7,34%
Telesp	2.172.973	61.535	2.234.508	2,83%	2.419.971	43.639	2.463.610	1,80%	2.362.960	-	2.362.960	0,00%
Tim Participações S.A.	214.893	126.480	341.373	58,86%	180.152	20.298	200.450	11,27%	68.302	-	68.302	0,00%
Vivo S.A.	864.231	(6.745)	857.486	-0,78%	380.846	19.055	399.901	5,00%	(99.391)	(439)	(99.830)	0,44%
Total	8.089.123	178.748	8.267.871	2,21%	3.169.421	82.992	3.252.413	2,62%	5.771.202	189.351	5.960.553	3,28%

A oscilação do setor de Telecomunicações foi de 8,11%, o que significa que houve um aumento do resultado das companhias de R\$ 451.091,00, com destaque para Tim Participações e Telemar. Em especial, suas demonstrações apontam como principais ajustes contábeis o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/2008, o CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e o CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 e 40.

Esses CPCs foram emitidos para auxiliar as empresas a aplicar as alterações trazidas pela Lei 11.638/07 e os próprios CPCs. São amplamente equivalentes à IFRS 1, porém existem diferenças – alternativas são eliminadas e determinados itens são requeridos –, principalmente devido a restrições ou exigências decorrentes dos CPCs ou da legislação societária brasileira.

Tabela 11 - Resultados contábeis das companhias do setor Utilidade Pública

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Cemig	1.861.403	272.134	2.133.537	14,62%	985.753	(35.458)	950.295	-3,60%	751.972	(4.948)	747.024	-0,66%
CESP	762.713	(284.177)	478.536	-37,26%	178.591	-	178.591	0,00%	(118.365)	-	(118.365)	0,00%
Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	1.589.217	(23.374)	1.565.843	-1,47%	827.065	-	827.065	0,00%	855.483	-	855.483	0,00%
Copel	1.026.433	(234.657)	791.776	-22,86%	1.078.744	-	1.078.744	0,00%	1.106.610	-	1.106.610	0,00%
CPFL Energia	1.301.082	387.786	1.688.868	29,80%	1.279.566	(3.874)	1.275.692	-0,30%	1.643.436	(2.709)	1.640.727	-0,16%
Eletrobras	1.250.140	-	1.250.140	0,00%	6.408.768	(272.271)	6.136.497	-4,25%	1.547.857	-	1.547.857	0,00%
Eletropaulo	1.063.194	93.332	1.156.526	8,78%	1.027.969	(860)	1.027.109	-0,08%	712.631	-	712.631	0,00%
Light S.A.	604.831	(16.027)	588.804	-2,65%	973.140	1.313	974.453	0,13%	1.074.330	-	1.074.330	0,00%
Sabesp	1.373.879	133.868	1.507.747	9,74%	63.571	-	63.571	0,00%	1.048.703	6.561	1.055.264	0,63%
Total	10.832.892	328.885	11.161.777	3,04%	12.823.167	(311.150)	12.512.017	-2,43%	8.622.657	(1.096)	8.621.561	-0,01%

No setor de Utilidade Pública não houve oscilação representativa acumulada nos três anos analisados no resultado líquido das companhias esquadrihadas.

Na esteira do observado no setor Financeiro e Outros, como se tratam de companhias de prestação de serviço ou fornecimento de utilidade pública – sendo, portanto, muito peculiar o modo de operação, recebimento e manutenção de ativos –, não houve ajustes relevantes no setor.

4.3 ANÁLISE DAS MAIORES OSCILAÇÕES NO RESULTADO (POSITIVAS E NEGATIVAS)

As companhias com maior oscilação no resultado nos períodos de 2007, 2008 e 2009 foram as seguintes:

Tabela 12 - Companhias com maior oscilação percentual no resultado contábil

Companhia	Percentual de Variação no Lucro (Nova e Antiga Contabilidade) 2007, 2008 e 2009
Ecodiesel	60,59%
Embraer	-173,06%
Fibria	111,72%
Gafisa	-71,69%
Gerdau	69,63%
Gerdau Metais	49,44%
Klabin	-51,73%
LLX Logística	-178,56%
OGX Petróleo	-679,79%
TAM	273,76%

Em termos gerais, os ajustes da nova legislação contábil que influenciaram o resultado dessas companhias, já detalhados no referencial teórico, foram os seguintes:

Tabela 13 - Principais Pronunciamentos que impactaram os resultados contábeis por empresa

Companhia	CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)	CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)	CPC 38 Instrumentos Financeiros (IAS 39)	CPC 27 Ativo Imobilizado (IAS 16)	CPC 04 Ativos Intangíveis (IAS 38)	CPC 29 Ativos Biológicos (IAS 41)	CPC 17 Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRS 15)
Ecodiesel			✓			✓	
Embraer		✓	✓		✓		
Fibria	✓		✓			✓	
Gafisa							✓
Gerdau	✓		✓				
Gerdau Metais			✓	✓			
Klabin			✓			✓	

Companhia	CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)	CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)	CPC 38 Instrumentos Financeiros (IAS 39)	CPC 27 Ativo Imobilizado (IAS 16)	CPC 04 Ativos Intangíveis (IAS 38)	CPC 29 Ativos Biológicos (IAS 41)	CPC 17 Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRS 15)
LLX Logística							
OGX Petróleo			✓		✓		
TAM		✓	✓				

4.3.1 Ecodiesel – Aumento de 60,59% no resultado contábil

Tabela 14 - Resultados contábeis Ecodiesel

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%	Práticas Contábeis Anteriores (R\$)	Efeitos Transição para CPC e IFRS (R\$)	Práticas Contábeis com CPC e IFRS (R\$)	%
Ecodiesel	(88.508)	53.630	(34.878)	60,59%	(197.100)	-	(197.100)	0,00%	(45.981)	-	(45.981)	0,00%
Total	(88.508)	53.630	(34.878)	60,59%	(197.100)	-	(197.100)	0,00%	(45.981)	-	(45.981)	0,00%

Os ajustes que influenciaram a oscilação positiva de 60,59% no resultado contábil da Ecodiesel estão relacionados ao CPC 29 - Ativos Biológicos e ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

Apesar da oscilação representativa em termos percentuais, o valor efetivo do ajuste acarreta uma diferença de R\$ 53.630,00. E, uma vez que se trata de uma companhia aberta, cumpre notar que o valor do ajuste das novas regras é imaterial para os acionistas da Ecodiesel.

A adoção do CPC 29 - Ativo Biológico e Produtos Agrícolas não implica diferenças significativas. Antes do CPC 29, normalmente as entidades utilizavam o custo para mensurar esses ativos, embora fosse admitida a mensuração a valor justo, desde que observadas determinadas condições, tais como índices de preços de órgãos oficiais do setor correspondente aos ativos biológicos e produtos agrícolas.

Os destaques nas notas explicativas nas demonstrações contábeis da companhia foram os seguintes:

● CPC 29 – Ativo Biológico (IAS 41)

A Nota Explicativa 9 indica que o ajuste principal está relacionado com os ativos biológicos. As principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo foram:

- a) Entradas de caixa³ obtidas pela multiplicação: i) da produção estimada medida em kg para cultura de pinhão-manso, saca de 60 kg para soja e milho, arrobas para algodão em caroço e em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) para a cana-de-açúcar; e ii) do preço de mercado futuro de cada produto, quando disponível. Especificadamente a cultura de pinhão-manso, por se tratar de cultura ainda incipiente, não dispõe de fontes públicas de informação sobre preços para comercialização, sendo os valores utilizados obtidos localmente.
- b) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) foi obtido por meio da decomposição do preço disponível para pluma de algodão (commodity), menos custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos produtos (caroço e fibrila).
- c) Saídas de caixa⁴ representadas pela estimativa de: i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita; ii) custos com a colheita/corte, carregamento e transporte - CCT; iii) custo de capital (aluguel de terras e de máquinas e equipamentos); iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.
- d) Com base na estimativa de receitas e custos, a companhia e suas controladas determinam os fluxos de caixa futuros a serem gerados e trazem os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de “Variação no valor justo dos ativos biológicos” no resultado do período.

● CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)

Na Nota Explicativa 20, a Companhia indica que os contratos de securitização foram alongados, junto à instituição financeira federal, com amparo na Resolução 2.471/98 do Banco Central do Brasil. Em garantia a esses financiamentos, foram oferecidos avais,

³ Não representa entrada de recursos efetivamente; a expressão é utilizada para se calcular o valor provável da receita caso os ativos fossem comercializados no período.

⁴ Não representa saída de recursos efetivamente; a expressão é utilizada para se demonstrar o valor provável dos custos para a transformação dos ativos biológicos.

hipotecas e bens do ativo imobilizado, bem como aplicações financeiras em Certificados do Tesouro Nacional (CTN), com vencimento igual ao dos financiamentos. Segundo as condições pactuadas, a atualização monetária pelo IGP-M e os juros de 12% ao ano dessas aplicações são capitalizados para que, no seu vencimento, o montante apurado seja igual ao montante dos financiamentos.

Devido às especificidades desse instrumento financeiro (prazo alongado e encargos subsidiados), a administração da companhia, em linha com as novas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, vem registrando o referido instrumento utilizando o conceito de Ajuste a Valor Presente, calculando o valor dessa obrigação com base no fluxo de desembolsos futuros trazidos a valor presente, descontados por uma taxa de juros, referencial para a data em que a transação foi contratada, de 12% ao ano.

4.3.2 Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) – Redução de 173,06% no resultado contábil

Tabela 15 - Resultados contábeis Embraer

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Embraer	894.592	(1.548.215)	(653.623)	-173,06%	428.750	-	428.750	0,00%	1.174.727	-	1.174.727	0,00%
Total	894.592	(1.548.215)	(653.623)	-173,06%	428.750	-	428.750	0,00%	1.174.727	-	1.174.727	0,00%

Os ajustes que influenciaram essa relevante oscilação negativa de 173,06% no resultado contábil da Embraer, percentual que representa uma redução no lucro líquido da companhia de R\$ 1.548.215,00, estão relacionados com a adoção do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, do CPC 04 - Ativo Intangível e do CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

A companhia opera utilizando em grande parte de suas vendas a modalidade de arrendamento financeiro, e essa sofreu grandes alterações com a incorporação das normas internacionais às práticas brasileiras. Antes do CPC 06 - Arrendamento Mercantil, as operações de arrendamento eram normalmente contabilizadas como arrendamento

operacional, sendo as respectivas despesas reconhecidas no vencimento de cada parcela (prestação geralmente mensal). A divulgação em notas explicativas sobre operações de arrendamento era extremamente limitada.

Outro ponto bastante relevante no caso das demonstrações contábeis da Embraer é a adoção do CPC 04 - Ativos Intangíveis. Antes do CPC 04, não havia normas específicas referentes ao ativo intangível no Brasil. No entanto, o conceito de ativo diferido (substituído pela nomenclatura “ativo intangível” mediante a Lei 11.638/07) permitia que as companhias capitalizassem despesas pré-operacionais e custos com pesquisa e desenvolvimento. De acordo com o CPC 04, muitos desses montantes deixaram de ser capitalizáveis, devendo ser registrados diretamente no resultado contábil das companhias, influenciando a formação do lucro imediatamente.

Os destaques nas notas explicativas das demonstrações contábeis da companhia foram os seguintes:

● **CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)**

A Nota Explicativa 2.1 demonstra que a companhia opera com leasing por intermédio da ECC Leasing Co. Ltd. – domiciliada na Irlanda, cujas atividades são arrendamento e comercialização de aeronaves. Além disso, o item “t” da Nota Explicativa 2.1, intitulado “Arrendamentos”, indica que “a determinação sobre se uma transação é, ou contém, arrendamento mercantil é baseada na essência da transação e exige a avaliação se: i) o cumprimento do acordo depende do uso de ativo ou ativo específico; e ii) o acordo transfere o direito de usar o ativo”.

As aeronaves disponíveis para arrendamento ou arrendadas por meio de arrendamentos operacionais são registradas no balanço da companhia como ativo imobilizado, sendo depreciadas ao longo da sua vida útil estimada. A receita de aluguel (líquida de qualquer incentivo dado aos arrendatários) é reconhecida pelo método linear pelo período do arrendamento. Aeronaves eventualmente arrendadas por meio de arrendamento financeiro deixam de ser reconhecidas no ativo da companhia após o início do arrendamento, sendo a receita e o respectivo custo da venda reconhecidos na data da transação do arrendamento.

● CPC 04 – Ativos Intangíveis (IAS 38)

Por sua vez, a Nota Explicativa 18 indica que a companhia efetuou ajustes relevantes nos ativos intangíveis, isso porque, pelos novos critérios contábeis, somente serão considerados como ativo intangível custos com desenvolvimento de produtos, devendo os recursos fora dessa natureza ser lançados diretamente no resultado contábil.

Enquadram-se nesse conceito (ativo intangível), conforme Nota Explicativa da companhia, gastos incorridos no desenvolvimento de programas para cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocada para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, bem como aplicações de tecnologias avançadas que visam a tornar as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de projetá-las e fabricá-las em menos tempo e com otimização de recursos.

● CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)

Na Nota Explicativa 2, a companhia indica que os derivativos são reconhecidos pelo “valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, em ‘Receitas (despesas) financeiras’, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge*”.

4.3.3 Fibria – Aumento de 111,72% no resultado contábil

Tabela 16 - Resultados contábeis Fibria

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Fibria	1.218.296	1.371.174	2.589.470	112,55%	(1.299.540)	(10.807)	(1.310.347)	-0,83%	630.101	-	630.101	0,00%
Total	1.218.296	1.371.174	2.589.470	112,55%	(1.299.540)	(10.807)	(1.310.347)	-0,83%	630.101	-	630.101	0,00%

Os ajustes que influenciaram essa relevante oscilação positiva de 111,72% no resultado contábil da Fibria, oscilação essa que representou um aumento no lucro líquido da companhia de R\$ 1.360.367,00, estão relacionados com a adoção do CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, do CPC 29 - Ativos Biológicos e do CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

Antes do CPC 01, a CVM exigia que as companhias abertas reduzissem o ativo imobilizado ao seu valor recuperável diante de eventos ou circunstâncias que indicassem a existência de uma desvalorização permanente. Entretanto, havia pouca orientação sobre a forma de cálculo dessas reduções e, por conseguinte, não era comum o registro de perdas ao valor recuperável.

Os destaques nas notas explicativas das demonstrações contábeis da companhia foram os seguintes:

- **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)**

Conforme Nota Explicativa 19.1, a companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da companhia aprovada pela Administração. O teste de recuperação de ativo da companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução de valor recuperável.

- **CPC 29 – Ativo Biológico (IAS 41)**

As demonstrações financeiras da companhia indicam ajuste de adaptação ao CPC 29, relacionado com Florestas de Eucalipto, tendo em vista a relevância dessa operação nas atividades da Companhia.

● CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)

A Nota Explicativa 5.1 indica que a companhia tem como política manter em caixa e aplicações financeiras líquidas, no mínimo, o valor correspondente aos desembolsos esperados de despesas financeiras e operacionais dos próximos três meses.

Todos os derivativos contratados foram efetuados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margem de garantia. As aplicações financeiras possuem, predominantemente, liquidez imediata, sendo permitidas pela política financeira aplicações com liquidez de no máximo 185 dias.

4.3.4 Gafisa – Redução de 70,69% no resultado contábil

Tabela 17 - Resultados contábeis Gafisa

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Gafisa	213.540	(111.800)	101.740	-52,36%	109.921	-	109.921	0,00%	113.603	(21.963)	91.640	-19,33%
Total	213.540	(111.800)	101.740	-52,36%	109.921	-	109.921	0,00%	113.603	(21.963)	91.640	-19,33%

Os ajustes que influenciaram essa a oscilação negativa de 70,69% no resultado contábil da Gafisa, representando uma redução no lucro líquido da companhia de R\$ 133.763,00, estão relacionados com a adoção do CPC 17 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário.

Apesar da oscilação representativa em termos percentuais, os valores relativos aos ajustes das novas normas contábeis, considerando que a Gafisa é uma companhia aberta, são imateriais.

Antes do CPC 17, os contratos de construção, inclusive os imobiliários, normalmente eram contabilizados com base no método do percentual de conclusão da obra. As normas de contabilidade antes da edição do CPC 17 não continham nenhuma disposição sobre programas de fidelidade do cliente, mas na prática geral registrava-se uma provisão para os

custos estimados. Além disso, normalmente as contas a receber eram registradas a valor nominal, não a valor presente, conforme exigido pelo CPC 12.

As normas brasileiras de contabilidade não trouxeram, até o momento, uma orientação específica sobre os contratos de concessão. Os ativos da infraestrutura costumam ser incluídos no imobilizado do operador.

Outro ponto vital a ser comentado é que o CPC 17 exige divulgações adicionais em notas explicativas relativas às receitas bruta e líquida sobre os contratos de construção.

No detalhamento das notas explicativas, a companhia destacou os seguintes aspectos em relação à aplicação do CPC 17:

● CPC 17 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRIC 15)

A Nota Explicativa 2.1 indica que os principais ajustes estão relacionados à IFRIC 15, decorrentes dos contratos de construção do Setor Imobiliário. Basicamente, os procedimentos da norma contábil indicam critérios para julgamento, estimativas e premissas contábeis. Segundo a Nota Explicativa da companhia:

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia, os quais são base para o cálculo do percentual para reconhecimento de receita. (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2011)

4.3.5 Gerdau – Aumento de 69,63% no resultado contábil

Tabela 18 - Resultados contábeis Gerdau

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Gerdau	1.122.860	(894)	1.121.966	-0,08%	2.881.243	1.059.262	3.940.505	36,76%	2.288.310	753.821	3.042.131	32,94%
Total	1.122.860	(894)	1.121.966	-0,08%	2.881.243	1.059.262	3.940.505	36,76%	2.288.310	753.821	3.042.131	32,94%

Conforme notas explicativas das demonstrações da companhia, os ajustes que influenciaram o aumento de 69,63% no resultado contábil da Gerdau, representando um acréscimo no seu lucro líquido de R\$ 1.812.189,00, estão relacionados ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e ao CPC 38 - Ativos Financeiros. Como já analisamos a redução do valor recuperável de ativos no caso da Fibria, vamos nos ater com mais profundidade às regras contábeis relacionados ao CPC 38 - Ativos Financeiros.

Durante o ano de 2009, o CPC produziu e emitiu os Pronunciamentos Técnicos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que passaram a ser adotados nas demonstrações contábeis referentes ao ano de 2010. O Pronunciamento 14 é um resumo dos Pronunciamentos Técnicos 38, 39 e 40, contendo seus principais institutos.

Antes dos CPCs 38, 39 e 40, certos instrumentos financeiros eram classificados como “para negociação”, sem se considerar se deveriam ou não ser classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. Antes da edição desses Pronunciamentos Técnicos, não havia regras específicas referentes a ações preferenciais com características de dívida, dívida conversível ou opções de compra e venda.

Como já mencionado anteriormente, os Pronunciamentos 38, 39 e 40 são considerados não apenas os mais controversos entre as normas internacionais, como também os mais difíceis para interpretação e aplicação.

Os destaques nas notas explicativas das demonstrações contábeis da companhia foram os seguintes:

● **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)**

Conforme a Nota Explicativa 28.2, em decorrência da edição do CPC 01, a companhia reverteu perdas pela não recuperabilidade de ativos intangíveis, em virtude do restabelecimento do valor de relacionamento com clientes devido à retomada da demanda oriunda da indústria automotiva, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em anos anteriores. Testes de recuperabilidade de outros ativos intangíveis identificaram a necessidade de reversão desse *impairment*, a qual se embasa na recuperação de sua carteira de clientes relacionados à indústria automotiva. Essa contrapartida de reversão de perdas reconhecidas em outros ativos intangíveis afetou a linha de “Reversão (perda) pela não recuperabilidade de ativos” na demonstração de resultados consolidados.

No que diz respeito à forma de apresentação dos valores referentes às perdas e/ou reversões decorrentes das perdas por *impairment*, as normas internacionais exigem que tais valores sejam indicados em rubricas específicas na Demonstração de Resultado do Exercício (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2011).

● CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)

A Nota Explicativa 14, por sua vez, indica que todos os instrumentos financeiros da companhia foram convertidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, nos moldes das IFRS. Portanto, os eventuais ajustes foram devidamente registrados no resultado do período.

4.3.6 Gerdau Metais – Aumento de 49,44% no resultado contábil

Tabela 19 - Resultados contábeis Gerdau Metais

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Gerdau Metais	492.065	(118.232)	373.833	-24,03%	1.241.649	476.681	1.718.330	38,39%	1.062.433	372.625	1.435.058	35,07%
Total	492.065	(118.232)	373.833	-24,03%	1.241.649	476.681	1.718.330	38,39%	1.062.433	372.625	1.435.058	35,07%

No caso da Gerdau Metais, os ajustes que influenciaram o aumento de 49,44% no resultado contábil, conforme notas explicativas das demonstrações contábeis, representando um acréscimo no lucro líquido da companhia de R\$ 731.074,00, estão relacionados ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao CPC 38 - Ativos Financeiros.

Os CPCs 01, 27 e 38 já foram tratados anteriormente. Desse modo, cabe ressaltar os destaques das notas explicativas das demonstrações contábeis em questão:

● CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)

A Gerdau Metais, sob a influência da recuperação da indústria automotiva, a exemplo da Gerdau S.A., reverteu perdas pela não recuperabilidade de ativos intangíveis –

tais perdas se deveram ao fato de a não recuperabilidade não ter sido reconhecida em anos anteriores. Essa contrapartida de reversão de perdas afetou a linha de “Reversão (perda) pela não recuperabilidade de ativos” na demonstração de resultados consolidados.

● **CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16)**

Conforme a Nota Explicativa 10, a companhia efetuou o teste de recuperabilidade de imobilizado. O valor remanescente de ativo imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade, principalmente de terrenos registrados no imobilizado da companhia, foi registrado contra resultado dos períodos.

● **CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)**

Já a Nota Explicativa 14 (Demonstração Financeira Consolidada) indica que todos os instrumentos financeiros da companhia foram convertidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, nos moldes das IFRS. Portanto, os eventuais ajustes foram devidamente registrados no resultado do período.

4.3.7 Klabin S.A. – Redução de 51,73% no resultado contábil

Tabela 20 - Resultados contábeis Klabin

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Klabin S.A.	335.862	(164.121)	171.741	-48,87%	(348.646)	-	(348.646)	0,00%	621.429	(17.806)	603.623	-2,87%
Total	335.862	(164.121)	171.741	-48,87%	(348.646)	-	(348.646)	0,00%	621.429	(17.806)	603.623	-2,87%

Os principais ajustes que influenciaram a redução de 51,73%, representando uma diminuição no resultado líquido de R\$ 181.927,00 – valor que, por se tratar de uma companhia aberta e com faturamento tão expressivo, é imaterial –, foram o CPC 29 - Ativos Biológicos e o CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

Antes do CPC 29, normalmente as entidades utilizavam o custo para mensurar esses ativos, embora fosse admitida a mensuração a valor justo, desde que observadas determinadas condições.

O CPC 29 determina o tratamento contábil para os ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, e para a mensuração inicial dos produtos agrícolas no momento da colheita. A norma exige que os referidos ativos biológicos sejam avaliados, obrigatoriamente, pelo valor justo. O que torna o valor do ativo mais próximo do valor realizável e, portanto, muito mais confiável para os leitores das demonstrações contábeis.

Os principais destaques das notas explicativas das demonstrações contábeis da Klabin foram os seguintes:

- **CPC 29 – Ativo Biológico (IAS 41)**

A Klabin apresentou a referida conciliação, evidenciando de maneira segregada as parcelas na variação do valor justo dos ativos biológicos referentes ao crescimento e alterações de preços, que foi um dos fatores que acarretaram a diferença na apuração do resultado do período.

- **CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)**

A Nota Explicativa 4 indica que o saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrado no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foi reclassificado para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

Todos os ajustes relacionados aos instrumentos financeiros foram lançados em contrapartida nos resultados dos períodos.

4.3.8 LLX Logística – Aumento de 178,56% no resultado contábil

Tabela 21 - Resultados contábeis LLX Logística

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
LLX Logística	(56.980)	103.176	46.196	181,07%	(52.972)	1.331	(51.641)	-2,51%	160.866	-	160.866	0,00%
Total	(56.980)	103.176	46.196	181,07%	(52.972)	1.331	(51.641)	-2,51%	160.866	-	160.866	0,00%

Os ajustes que influenciaram o aumento de 178,56% da LLX Logística, representando uma diminuição no resultado líquido de R\$ 104.507,00 – valor que, em se tratando de uma companhia aberta e com faturamento expressivo, é imaterial –, estão relacionados com a adoção do CPC 38 - Instrumentos Financeiros. Nesse sentido, a nota explicativa indica o seguinte:

● CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)

A nota explicativa 4.1 indica os ajustes que foram realizados em função da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos contábeis. Os ajustes de Instrumentos Financeiros, para o atendimento ao CPC 38, foram totalmente observados, de modo a refletir o valor justo e do risco de liquidez, bem como a divisão hierárquica para valor justo referente aos instrumentos financeiros.

4.3.9 OGX Petróleo – Redução de 679,79 no resultado contábil

Tabela 22 - Resultados contábeis OGX Petróleo

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
OGX Petróleo	10.829	(111.455)	(100.626)	-1029,23%	234.574	125.310	359.884	53,42%	(6.353)	18.806	12.453	296,02%
Total	10.829	(111.455)	(100.626)	-1029,23%	234.574	125.310	359.884	53,42%	(6.353)	18.806	12.453	296,02%

No caso da OGX Petróleo, os ajustes que influenciaram a redução de 679,79% basicamente estão relacionados com a adoção do CPC 04 - Ativo Intangível e do CPC 38 - Instrumentos Financeiros, já tratados anteriormente.

Os destaques nas notas explicativas das demonstrações contábeis da OGX Petróleo foram os seguintes:

- **CPC 04 – Ativos Intangíveis (IAS 38)**

A OGX evidenciou a existência de ativos intangíveis que ainda não possuem vida útil definida, haja vista que suas controladas ainda estão em fase pré-operacional. Consequentemente, de acordo com a companhia, tais ativos não são amortizáveis.

- **CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)**

Os principais ajustes destacados na nota explicativa 22 estão relacionados ao CPC 38. A nota indica o seguinte: “O risco de crédito decorre da possibilidade da companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes”, ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar os riscos, a companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, a companhia e suas controladas utilizam o relatório RISKbank, da consultoria Lopes Filho e Associados, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco. O RISKbank considerou insuficiente as informações providas pelo Credit Suisse para divulgação de sua classificação de risco. Entretanto, pelas informações apresentadas, o grupo citado foi classificado na Faixa I, que sugere baixo risco para longo prazo. Adicionalmente, os *ratings* de longo prazo do banco continuam bons nas principais agências de risco (Moody's, S&P e Fitch) (ERNST & YOUNG TERCO, FIPECAFI, 2011).

4.3.10 TAM S.A. – Aumento de 273,76% no resultado contábil

Tabela 23 - Resultados contábeis TAM

Companhia	Ano 2009				Ano 2008				Ano 2007			
	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%	Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
TAM S.A.	1.342.539	(95.761)	1.246.778	-7,13%	(1.360.107)	(149.548)	(1.509.655)	-11,00%	128.896	376.233	505.129	291,89%
Total	1.342.539	(95.761)	1.246.778	-7,13%	(1.360.107)	(149.548)	(1.509.655)	-11,00%	128.896	376.233	505.129	291,89%

O aumento no percentual contábil da TAM, na ordem de 273,76%, representou um incremento no resultado líquido de R\$ 130.924,00, considerando os três anos analisados. Entre os principais Pronunciamentos que afetaram o resultado da companhia estão o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 38 - Instrumentos Financeiros, ambos já tratados anteriormente.

Os principais destaques nas notas explicativas das demonstrações contábeis da companhia são:

● CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)

A nota explicativa 35 da TAM indica diversas obrigações de arrendamento mercantil e revela que os

[...] valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. A TAM possui 70 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2009 – 66 aeronaves e 1º de janeiro de 2009 – 65 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 96 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da LIBOR. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica “Custo dos serviços prestados”, totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, R\$ 447.112 (2009 – R\$ 525.200) equivalentes a aproximadamente US\$ 268.342 mil (2009 – US\$ 263,3 mil).

- **CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)**

A nota explicativa 8, por seu turno, demonstra o quadro de ativos financeiros da companhia e indica que as aplicações financeiras em sua totalidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação (*trading*).

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprir lembrar que o objetivo geral deste trabalho é demonstrar qual foi o impacto das mudanças contábeis decorrentes da harmonização dos princípios contábeis brasileiros com os internacionais no resultado contábil das empresas, nos períodos de 2007, 2008 e 2009.

As alterações nas regras contábeis introduzidas com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, com o objetivo de harmonizar as demonstrações contábeis do Brasil com as normas internacionais, representou uma redução nos resultados contábeis do universo de companhias pesquisadas no primeiro ano de adoção (2007) de 7,73%. As empresas analisadas correspondem às listadas no índice Ibovespa em 03 de janeiro de 2011, excluindo-se as instituições financeiras, que já adotavam, mesmo antes das Leis 11.638/07 e 11.941/09, parcialmente as normas internacionais, por exigência do Banco Central do Brasil.

Após o ano inicial, os resultados passaram a apresentar efeito positivo (2008 e 2009). O aumento representou 0,36% em 2008 e 0,47% em 2009, indicando que parte das perdas no resultado de 2007 foi recuperada nos anos seguintes.

Desse modo, está confirmada a hipótese metodológica da presente pesquisa, uma que a compatibilização entre os princípios contábeis aceitos no Brasil e aqueles admitidos internacionalmente, nos anos de 2007, 2008 e 2009, impactou significativamente a formação dos resultados líquidos das companhias que adotaram os princípios internacionais.

Para demonstrar os efeitos sem as novas regras, foram verificados nos quadros indicativos das demonstrações contábeis os ajustes de IFRS quando disponibilizados na publicação. Na falta de indicação detalhada dos ajustes para as novas regras, procurou-se pesquisar todas as notas explicativas das companhias, com o objetivo de identificar e valorizar os ajustes efetuados.

Com o resultado contábil antes e após a introdução das novas regras, foi possível indicar o impacto financeiro em cada uma das companhias objeto de análise.

No setor de Bens Industriais, que compreende apenas a empresa Embraer no universo de companhias pesquisadas, os efeitos foram reconhecidos apenas no ano de 2009, e o resultado contábil representou um ajuste negativo de 173,06%. Os principais instrumentos que provocaram essa diferença relevante na composição do resultado contábil da Embraer foram o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, CPC 04 - Ativos Intangíveis e CPC 38 - Instrumentos financeiros.

A oscilação geral no setor de Construção e Transporte representou um aumento no resultado de 75,15%. O universo de empresas integrantes desse setor inclui 12 companhias, e os principais ajustes foram decorrentes da aplicação do CPC 17 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário.

Por sua vez, o setor de Consumo Cíclico apresentou um aumento de 10,21% nos resultados contábeis, o que significa um aumento de R\$ 52.633,00, concentrado no ano de 2009. Já no setor de Produtos Não Cíclicos observa-se uma redução no resultado contábil de 10,83%.

Para o setor Financeiro e Outros, especialmente constituído de *holdings* de grandes grupos econômicos e administradoras de cartão de crédito, observa-se uma pequena oscilação positiva de 0,60%.

No setor de Materiais Básicos ocorreu uma variação negativa de 9,87%, representando uma redução no resultado contábil de R\$ 5.428.768,00. A principal responsável por essa relevante redução é a Companhia Vale, que efetuou ajustes relacionados ao CPC 01 - Redução de Valor Recuperável de Ativos, CPC 04 - Ativos Intangíveis e CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.

Por outro lado, observa-se que caso não seja considerada a Vale na análise do setor, verifica-se um aumento de 17,64% no resultado contábil considerando os anos pesquisados.

Para o setor de Petróleo e Gás, os ajustes contábeis das novas regras representaram oscilação positiva de 5,29%.

Por fim, no setor de Telecomunicações constatou-se um aumento de 8,11%, e no setor de Utilidades Públicas o aumento foi de 0,60%.

As companhias abertas que apresentaram maior oscilação na variação percentual na formação dos resultados contábeis nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram:

Tabela 24 - Companhias com maior oscilação percentual no resultado contábil

Companhia	Percentual de Variação no Lucro (Nova e Antiga Contabilidade) 2007, 2008 e 2009
OGX Petróleo	-679,79%
TAM	273,76%
LLX Logística	178,56%
Embraer	-173,06%
Fibria	111,72%
Gafisa	-71,69%
Gerdau	69,63%
Ecodiesel	60,59%
Klabin	-51,73%
Gerdau Metais	49,44%

Os principais ajustes provenientes das novas regras contábeis em destaque nas notas explicativas dessas companhias nos anos de 2007, 2008 e 2009 estão relacionados com os seguintes pronunciamentos – seguidos das respectivas normas utilizadas antes da adoção da convergência:

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36);

CPC 04 – Ativos Intangíveis (IAS 38);

CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 16);

CPC 17 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário (IFRIC 15);

CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 19);

CPC 29 – Ativos Biológicos (IAS 41); e

CPC 38 – Instrumentos Financeiros (IAS 39)

Como foi possível observar, os ajustes contábeis foram diferentes para cada um dos setores pesquisados. Em alguns grupos setoriais é possível traçar uma tendência, porém, na maioria dos casos, como se tratam de companhias diferenciadas, ainda que atuem no mesmo setor econômico, os ajustes relacionados com as novas regras contábeis produziram impactos distintos.

Para alguns setores os impactos no resultado contábil foram positivos, e para outros foram desastrosos. Todavia, pode-se concluir que, na média, a oscilação dos resultados apurados após a vigência das Leis 11.638/07 e 11.941/09, comparando-se com os resultados apurados antes das novas regras contábeis, representou uma perda acumulada de 6,90% nos três períodos analisados.

Obviamente, essas mudanças, como quaisquer outras que se possa observar, causaram e causarão ainda no futuro muitas dificuldades, problemas de interpretação, adaptação a temas peculiares às companhias no Brasil. Questões técnicas que certamente serão debatidas pela comunidade que utiliza as demonstrações contábeis das companhias.

Porém, todos esses importantes aspectos são parte do processo de transição para um ambiente mais bem aceito de uma contabilidade universal, em que todos os usuários, em qualquer lugar do sistema global, desde que tenham o mínimo conhecimento contábil, possam compreender as demonstrações contábeis de qualquer companhia. Isso certamente culminará na melhoria da qualidade das informações contábeis brasileiras, possibilitando que as demonstrações contábeis sejam utilizadas como instrumento de tomada de decisão, e não apenas para atendimento de obrigações em face dos órgãos governamentais no Brasil.

Com a familiaridade das novas normas, com o aprendizado cada vez maior dos profissionais, acadêmicos e demais usuários das demonstrações contábeis de modo geral, as dificuldades na elaboração utilizando-se as novas regras tendem a reduzir com o passar do tempo, já que as novas regras contábeis estão vigentes desde 2007.

Como limitação de escopo da presente pesquisa, é importante mencionar que, caso as companhias pesquisadas tenham deixado de divulgar em suas demonstrações contábeis os ajustes decorrentes das novas normas, esses não foram considerados. Dessa forma, é possível que haja eventuais divergências nas apurações de resultado contábil no universo de companhias pesquisadas.

Por fim, faz-se oportuno relacionar algumas sugestões para novos estudos com pesquisas específicas e detalhadas sobre a aplicação das novas regras contábeis no Brasil, incluindo temas como, por exemplo:

- Ativos Biológicos – Discutir se faz sentido reconhecer os efeitos desses ativos a mercado antes da realização contábil dos bens.

- Ativos Intangíveis – Verificar se os gastos relacionados com a pesquisa não deveriam ser capitalizados em contas de ativo intangível em vez de registrados diretamente como despesa operacional do período; e
- Contratos de Construção de Longo Prazo – Analisar com maior propriedade os efeitos das mudanças no registro e valorização dos custos incorridos e a incorrer, tendo a receita registrada conforme o progresso físico do empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BM&FBOVESPA. **Classificação setorial das empresas listadas na BM&FBOVESPA.** s/d. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/consultas/classificacao-setorial.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 29/01/2011.

BORTHOLOTTO, J. F. Técnicas de amostragem: aplicações em estudos populacionais. **Revista de Ciências Gerenciais.** Vol.4, n.6. Leme, out. 2000. p.20-9.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei 11.638, de 28/12/2007.** São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Brasília, 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 2007.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **E.M. Interministerial nº 161/2008.** Brasília, 3 de outubro de 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Exm/EMI-161-MF-MP-MAPA-AGU-mpv449.htm>. Acesso em: 17.10.2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 449**, de 03 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Brasília, 2008b.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000; e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dá outras providências. Brasília, 2009.

BULGARIM, Maria Clara Cavalcante et. al. **Caderno de procedimentos aplicáveis à prestação de contas das entidades do terceiro setor (fundações)**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2011. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 17/10/2011.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da Costa. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09**, de 30 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 01**, de 06 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 04**, de 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC04_R1.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 06**, de 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC06_R1.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 17**, de 08 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_17.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 27**, de 26 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2027.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 29**, de 07 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_29.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 38**, de 02 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_38.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 39**, de 02 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_39.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 40**, de 02 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_40.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2011.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Processo de Convergência**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=289>>. Acesso em: 10/10/2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU BRASIL. **O Brasil na convergência** – Um guia prático para a adoção do IFRS. São Paulo, 2008.

DIAS, Adriana Marques; CALDARELLI, Carlos Alberto. **Lei 11.638** - Uma Revolução na Contabilidade das Empresas. São Paulo: Trevisan, 2008.

ERNST & YOUNG TERCO; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais: IFRS** versus normas brasileiras. 2ª ed. Vols.1 e 2. São Paulo: Atlas, 2010.

_____.; FIPECAFI. **IFRS: 1º ano** – Análises sobre a adoção inicial do IFRS no Brasil. São Paulo, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEERDT, Mauri L.; LEONEL, Vilson. **Metodologia Científica e da Pesquisa**: livro didático. 4ª ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

IASB - INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Completing the February 2006 Memorandum of Understanding**: A progress report and timetable for completion. Set. 2008. Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C1DD5259-4011-4715-A807-1FD71858D37C/0/Memorandum_of_Understanding_progress_report_and_timetable.pdf>. Acessado em: 04 de janeiro de 2011.

_____. **Global Convergence**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/IFRS+global+convergence.htm>>. Acesso em: 06 abril de 2011.

_____. **Use around the world Global Convergence/ IFRSs in Brazil**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/IFRSs+in+Brazil.htm>>. Acesso em: 03 julho de 2011.

_____. **IFRS around the world**. s/d. Disponível em: <<http://archive.iasb.org.uk/about/ifrsworld.asp>>. Acesso em: 10/06/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável às demais sociedades/ FIPECAFI. 7ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Teoria da contabilidade.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades/ FIPECAFI. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a Ciências Humanas.** 2ª ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1985.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo. Alguns pontos da Lei 11.638 e a internacionalização da contabilidade brasileira. **IBEF News.** nº 115. São Paulo: Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF, março de 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. Demonstrações Financeiras/Contábeis: Propostas para alteração da lei das Sociedades por ações. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis.** Vol.4, n.1. Rio de Janeiro: UERJ, FAF, 1999.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing:** edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

NIERO, N.; VALENTI, G.; D'AMBROSIO, D. Confusão contábil prejudica análise de balanços de 2008. **Valor Econômico.** São Paulo, 09/03/2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impacto do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE Eletrônica**. Vol.09, n.1. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, jan.-jun. 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**. Vol.5, n.1. Curitiba, jan.-abr. 2002. p.61-70.

ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE EMPRESAS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DA IBOVESPA

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS E FUNDOS NEGOCIADOS NA BM&FIBOVESPA

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Exploração e/ou Refino		
		ECODIESEL	ECOD	NM
		OGX PETROLEO	OGXP	NM
		PETROBRAS	PETR	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Materiais Básicos	Mineração	Minerais Metálicos		
		MMX MINER	MMXM	NM
		VALE	VALE	N1
	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia		
		CSN	CSNA	
		GERDAU	GGBR	N1
		GERDAU MET	GOAU	N1
		USIMINAS	USIM	N1
	Químicos	Petroquímicos		
	Madeira e Papel	BRASKEM	BRKM	N1
		Madeira		
		DURATEX	DTEX	NM
		Papel e Celulose		
		FIBRIA	FIBR	N1
		KLabin S.A.	KLBN	N1

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Bens Industriais	Material de Transporte	Material Aeronáutico		
		EMBRAER	EMBR	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Construção e Transporte	Construção e Engenharia	Construção civil		
		BROOKFIELD	BISA	NM
		CYRELA REALT	CYRE	NM
		GAFISA	GFSA	NM
		MRV	MRVE	NM
		PDG REALT	PDGR	NM
		ROSSI RESID	RSID	NM
	Transporte	Transporte Aéreo		
		GOL	GOLL	N2
		TAM S/A	TAMM	N2
		Transporte Ferroviário		
		ALL LOG	ALLL	N2
		Transporte Hidroviário		
		Port X Operações Portuárias S.A.	PRTX	
		Exploração de Rodovias		
		CCR RODOVIAS	CCRO	NM
		Serviços de Apoio e Armazenagem		
		LLX LOG	LLXL	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Não Cíclico	Alimentos Processados	Açúcar e Alcool		
		COSAN	CSAN	NM
		Carnes e Derivados		
		BRF FOODS	PRGA	NM
		JBS	JBSS	NM
		MARFRIG	MRFG	NM
		Bebidas		
		Cervejas e Refrigerantes		
		AMBEV	AMBV	
		Fumo		
		Cigarros e Fumo		
		SOUZA CRUZ	CRUZ	
		Prods. de Uso Pessoal e de Limpeza		
		Produtos de Uso Pessoal		
		NATURA	NATU	NM
		Diversos		
		Produtos Diversos		
		HYPERMARCAS	HYPE	NM
		Comércio e Distribuição		
		Alimentos		
		P.ACUCAR-CBD	PCAR	N1

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados		
		LOJAS RENNER	LREN	NM
		Produtos Diversos		
		B2W VAREJO	BTOW	NM
		LOJAS AMERIC	LAME	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Telecomunicações	Telefonia Fixa	Telefonia Fixa		
		BRASIL TELEC	BRTO	N1
		TELEMAR	TNLP	
		TELEMAR N L	TMAR	
		TELESP	TLPP	
	Telefonia Móvel	Telefonia Móvel		
		TIM PART S/A	TCSL	
		VIVO	VIVO	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica		
		CEMIG	CMIG	N1
		CESP	CESP	N1
		COPEL	CPLE	N1
		CPFL ENERGIA	CPFE	NM
		ELETROBRAS	ELET	N1
		ELETROPAULO	ELPL	N2
		LIGHT S/A	LIGT	NM
		TRAN PAULIST	TRPL	N1
Utilidade Pública	Água e Saneamento	Água e Saneamento		
		SABESP	SBSP	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Financeiros e outros	Serviços Financeiros Diversos	Serviços Financeiros Diversos		
		BMFIBOVESPA	BVMF	NM
		CIELO S.A.	CIEL	NM
		REDECARD	RDCD	NM
Financeiros e outros	Holdinds Diversificadas	Holdinds Diversificadas		
		ULTRAPAR	UGPA	N1

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa
(N2) Nível 2 de Governança Corporativa
(NM) Novo Mercado
(MA) Ibovespa Mais
(MB) Balcão Organizado Tradicional

**ANEXO II - RESULTADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PUBLICADAS RELATIVOS AO ANO DE 2009**

Companhia	Setor Econômico	Ano 2009			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
ALL Logística	Construção e Transporte	31.653	-	31.653	0,00%
Ambev	Consumo não Cíclico	5.959.937	26.113	5.986.050	0,44%
Brookfield	Construção e Transporte	201.887	-	201.887	0,00%
BRF Foods	Consumo não Cíclico	120.427	-	123.015	0,00%
Braskem	Materiais Básicos	767.792	(369.301)	398.491	-48,10%
Brasil Telecom	Telecomunicações	(1.140.689)	121.378	(1.019.311)	10,64%
B2W Varejo	Consumo Cíclico	33.111	14.498	47.609	43,79%
BMFIbovespa	Financeiros e Outros	881.050	-	881.050	0,00%
CCR Rodovias	Construção e Transporte	634.564	69.531	704.095	10,96%
CESP	Utilidade Pública	762.713	(284.177)	478.536	-37,26%
Cielo S.A.	Financeiros e Outros	1.533.794	-	1.533.794	0,00%
Cemig	Utilidade Pública	1.861.403	272.134	2.133.537	14,62%
CPFL Energia	Utilidade Pública	1.301.082	387.786	1.688.868	29,80%
Copel	Utilidade Pública	1.026.433	(234.657)	791.776	-22,86%
Souza Cruz	Consumo não Cíclico	1.481.600	2.800	1.484.400	0,19%
Cosan	Consumo não Cíclico	443.669	30.167	473.836	6,80%
CSN	Materiais Básicos	2.588.217	26.964	2.615.181	1,04%
Cyrela Realit	Construção e Transporte	826.898	(97.549)	729.349	-11,80%
Duralex	Materiais Básicos	97.935	-	97.935	0,00%
Ecodiesel	Petróleo, Gás e Biocomb.	(88.508)	53.630	(34.878)	60,59%

Companhia	Setor Econômico	Ano 2009			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Eletrobras	Utilidade Pública	1.250.140	-	1.250.140	0,00%
Eletropaulo	Utilidade Pública	1.063.194	93.332	1.156.526	8,78%
Embraer	Bens Industriais	894.592	(1.548.215)	(653.623)	-173,06%
Fibria	Materiais Básicos	1.218.296	1.371.174	2.589.470	112,55%
Gafisa	Construção e Transporte	213.540	(111.800)	101.740	-52,36%
Gerdau	Materiais Básicos	1.122.860	(894)	1.121.966	-0,08%
Gerdau Metais	Materiais Básicos	492.065	(118.232)	373.833	-24,03%
Gol Linhas Aéreas	Construção e Transporte	858.466	32.366	890.832	3,77%
Hypermarcas	Consumo não Cíclico	313.373	(21.267)	292.106	-6,79%
JBS	Consumo não Cíclico	129.424	91.286	220.710	70,53%
Klabin S.A.	Materiais Básicos	335.862	(164.121)	171.741	-48,87%
Lojas Americanas	Consumo Cíclico	217.406	88.026	305.432	40,49%
Light S.A.	Utilidade Pública	604.831	(16.027)	588.804	-2,65%
LLX Logística	Construção e Transporte	(56.980)	103.176	46.196	-181,07%
Lojas Renner	Consumo Cíclico	189.589	-	189.589	0,00%
MMX Mineração	Materiais Básicos	(214.147)	29.009	(185.138)	13,55%
Marfrig	Consumo não Cíclico	679.079	(144.644)	534.435	-21,30%
MRV	Construção e Transporte	347.422	26.644	374.066	7,67%
Natura	Consumo não Cíclico	683.924	-	683.924	0,00%
OGX Petróleo	Petróleo, Gás e Biocomb.	10.829	(111.455)	(100.626)	-1029,23%
Pão de Açúcar – CBD	Consumo não Cíclico	591.580	53.090	644.670	8,97%
PDG Realt	Construção e Transporte	338.132	-	338.132	0,00%

Companhia	Setor Econômico	Ano 2009			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Petrobrás	Petróleo, Gás e Biocomb.	29.313.000	646.000	29.959.000	2,20%
Portx Operações Portuárias S.A.	Construção e Transporte	7.594	-	7.594	0,00%
Redecard	Financeiros e Outros	1.394.560	-	1.394.560	0,00%
Rossi Residencial	Construção e Transporte	218.099	(14.536)	203.563	-6,66%
Sabesp	Utilidade Pública	1.373.879	133.868	1.507.747	9,74%
TAM S.A.	Construção e Transporte	1.342.539	(95.761)	1.246.778	-7,13%
Tim Participações S.A.	Telecomunicações	214.893	126.480	341.373	58,86%
Telesp	Telecomunicações	2.172.973	61.535	2.234.508	2,83%
Telemar N. L.	Telecomunicações	5.216.638	(123.900)	5.092.738	2,38%
Telemar	Telecomunicações	761.077	-	761.077	0,00%
Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	Utilidade Pública	1.589.217	(23.374)	1.565.843	-1,47%
Ultrapar	Financeiros e Outros	466.748	(26.007)	440.741	-5,57%
Usiminas	Materiais Básicos	1.303.092	(30.066)	1.273.026	-2,31%
Vale	Materiais Básicos	10.249.000	88.000	10.337.000	0,86%
Vivo S.A.	Telecomunicações	864.231	(6.745)	857.486	-0,78%
Total		87.095.985	406.259	87.504.832	0,47%

**ANEXO II - RESULTADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PUBLICADAS RELATIVOS AO ANO DE 2008**

Companhia	Setor Econômico	Ano 2008			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
ALL Logística	Construção e Transporte	222.009	(45.283)	176.726	-20,40%
Ambev	Consumo não Cíclico	3.407.875	(348.397)	3.059.478	-10,22%
Brookfield	Construção e Transporte	155.032	(52.195)	102.837	-33,67%
BRF Foods	Consumo não Cíclico	54.372	(12.043)	42.329	-22,15%
Braskem	Materiais Básicos	617.438	-	617.438	0,00%
Brasil Telecom	Telecomunicações	800.051	-	800.051	0,00%
B2W Varejo	Consumo Cíclico	101.448	(39.680)	61.768	-39,11%
BMFIbovespa	Financeiros e Outros	645.596	-	645.596	0,00%
CCR Rodovias	Construção e Transporte	714.180	(594)	713.586	-0,08%
CESP	Utilidade Pública	178.591	-	178.591	0,00%
Cielo S.A.	Financeiros e Outros	1.393.843	-	1.393.843	0,00%
Cemig	Utilidade Pública	985.753	(35.458)	950.295	-3,60%
CPFL Energia	Utilidade Pública	1.279.566	(3.874)	1.275.692	-0,30%
Copel	Utilidade Pública	1.078.744	-	1.078.744	0,00%
Souza Cruz	Consumo não Cíclico	1.212.100	37.500	1.249.600	3,09%
Cosan	Consumo não Cíclico	349.486	-	349.486	0,00%
CSN	Materiais Básicos	5.716.938	57.211	5.774.149	1,00%
Cyrela Realt	Construção e Transporte	366.464	(88.756)	277.708	-24,22%
Duralex	Materiais Básicos	75.095	-	75.095	0,00%
Ecodiesel	Petróleo, Gás e Biocomb.	(197.100)	-	(197.100)	0,00%

Companhia	Setor Econômico	Ano 2008			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Eletrobras	Utilidade Pública	6.408.768	(272.271)	6.136.497	-4,25%
Eletropaulo	Utilidade Pública	1.027.969	(860)	1.027.109	-0,08%
Embraer	Bens Industriais	428.750	-	428.750	0,00%
Fibria	Materiais Básicos	(1.299.540)	(10.807)	(1.310.347)	-0,83%
Gafisa	Construção e Transporte	109.921	-	109.921	0,00%
Gerdau	Materiais Básicos	2.881.243	1.059.262	3.940.505	36,76%
Gerdau Metais	Materiais Básicos	1.241.649	476.681	1.718.330	38,39%
Gol Linhas Aéreas	Construção e Transporte	(1.237.114)	(2.233)	(1.239.347)	0,18%
Hypermarcas	Consumo não Cíclico	1.916.528	1.689	1.918.217	0,09%
JBS	Consumo não Cíclico	822.743	(796.804)	25.939	-96,85%
Klabin S.A.	Materiais Básicos	(348.646)	-	(348.646)	0,00%
Lojas Americanas	Consumo Cíclico	116.588	(27.061)	89.527	-23,21%
Light S.A.	Utilidade Pública	973.140	1.313	974.453	0,13%
LLX Logística	Construção e Transporte	(52.972)	1.331	(51.641)	-2,51%
Lojas Renner	Consumo Cíclico	162.450	11.060	173.510	6,81%
MMX Mineração	Materiais Básicos	(848.024)	(8.825)	(856.849)	1,04%
Marfrig	Consumo não Cíclico	(35.500)	-	(35.500)	0,00%
MRV	Construção e Transporte	231.030	5.131	236.161	2,22%
Natura	Consumo não Cíclico	518.111	4.008	522.119	0,77%
OGX Petróleo	Petróleo, Gás e Biocomb.	234.574	125.310	359.884	53,42%
Pão de Açúcar – CBD	Consumo não Cíclico	281.360	(20.933)	260.427	-7,44%
PDG Realt	Construção e Transporte	222.093	(39.630)	182.463	-17,84%

Companhia	Setor Econômico	Ano 2008			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Petrobrás	Petróleo, Gás e Biocomb.	32.987.792	927.323	33.915.115	2,81%
Portx Operações Portuárias S.A.	Construção e Transporte	-	-	-	0,00%
Redecard	Financeiros e Outros	1.196.120	-	1.196.120	0,00%
Rossi Residencial	Construção e Transporte	118.638	-	118.638	0,00%
Sabesp	Utilidade Pública	63.571	-	63.571	0,00%
TAM S.A.	Construção e Transporte	(1.360.107)	(149.548)	(1.509.655)	-11,00%
Tim Participações S.A.	Telecomunicações	180.152	20.298	200.450	11,27%
Telesp	Telecomunicações	2.419.971	43.639	2.463.610	1,80%
Telemar N. L.	Telecomunicações	(594.827)	-	(594.827)	0,00%
Telemar	Telecomunicações	(16.772)	-	(16.772)	0,00%
Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	Utilidade Pública	827.065	-	827.065	0,00%
Ultrapar	Financeiros e Outros	388.014	2.255	390.269	0,58%
Usiminas	Materiais Básicos	3.748.493	(499.712)	3.248.781	-13,33%
Vale	Materiais Básicos	21.279.000	-	21.279.000	0,00%
Vivo S.A.	Telecomunicações	380.846	19.055	399.901	5,00%
Total		94.530.558	338.102	94.868.660	0,36%

**ANEXO II - RESULTADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PUBLICADAS RELATIVOS AO ANO DE 2007**

Companhia	Setor Econômico	Ano 2007			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
ALL Logística	Construção e Transporte	186.286	23.580	162.706	12,66%
Ambev	Consumo não Cíclico	2.816.407	-	2.816.407	0,00%
Brookfield	Construção e Transporte	154.589	(9.328)	145.261	-6,03%
BRF Foods	Consumo não Cíclico	321.307	-	321.307	0,00%
Braskem	Materiais Básicos	77.753	-	77.753	0,00%
Brasil Telecom	Telecomunicações	444.455	-	444.455	0,00%
B2W Varejo	Consumo Cíclico	62.204	-	62.204	0,00%
BMFIbovespa	Financeiros e Outros	171.814	-	171.814	0,00%
CCR Rodovias	Construção e Transporte	583.581	(3.899)	579.682	-0,67%
CESP	Utilidade Pública	(118.365)	-	(118.365)	0,00%
Cielo S.A.	Financeiros e Outros	884.852	(915)	883.937	-0,10%
Cemig	Utilidade Pública	751.972	(4.948)	747.024	-0,66%
CPFL Energia	Utilidade Pública	1.643.436	(2.709)	1.640.727	-0,16%
Copel	Utilidade Pública	1.106.610	-	1.106.610	0,00%
Souza Cruz	Consumo não Cíclico	908.100	125.500	1.033.600	13,82%
Cosan	Consumo não Cíclico	357.269	-	357.269	0,00%
CSN	Materiais Básicos	2.905.245	-	2.905.245	0,00%
Cyrela Realt	Construção e Transporte	1.948.660	(150.636)	1.798.024	-7,73%
Duralex	Materiais Básicos	45.922	771	46.693	1,68%
Ecodiesel	Petróleo, Gás e Biocomb.	(45.981)	-	(45.981)	0,00%

Companhia	Setor Econômico	Ano 2007			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Eletrobras	Utilidade Pública	1.547.857	-	1.547.857	0,00%
Eletropaulo	Utilidade Pública	712.631	-	712.631	0,00%
Embraer	Bens Industriais	1.174.727	-	1.174.727	0,00%
Fibria	Materiais Básicos	630.101	-	630.101	0,00%
Gafisa	Construção e Transporte	113.603	(21.963)	91.640	-19,33%
Gerdau	Materiais Básicos	2.288.310	753.821	3.042.131	32,94%
Gerdau Metais	Materiais Básicos	1.062.433	372.625	1.435.058	35,07%
Gol Linhas Aéreas	Construção e Transporte	268.527	-	268.527	0,00%
Hypermarcas	Consumo não Cíclico	58.833	-	58.833	0,00%
JBS	Consumo não Cíclico	(165.032)	-	(165.032)	0,00%
Klabin S.A.	Materiais Básicos	621.429	(17.806)	603.623	-2,87%
Lojas Americanas	Consumo Cíclico	123.521	-	123.521	0,00%
Light S.A.	Utilidade Pública	1.074.330	-	1.074.330	0,00%
LLX Logística	Construção e Transporte	160.866	-	160.866	0,00%
Lojas Renner	Consumo Cíclico	150.672	5.190	155.862	3,44%
MMX Mineração	Materiais Básicos	765.603	-	765.603	0,00%
Marfrig	Consumo não Cíclico	95.284	(23.543)	71.741	-24,71%
MRV	Construção e Transporte	22.272	-	22.272	0,00%
Natura	Consumo não Cíclico	462.255	(20.116)	442.139	-4,35%
OGX Petróleo	Petróleo, Gás e Biocomb.	(6.353)	18.806	12.453	296,02%
Pão de Açúcar – CBD	Consumo não Cíclico	210.878	(25.223)	185.655	-11,96%
PDG Realt	Construção e Transporte	71.157	-	71.157	0,00%

Companhia	Setor Econômico	Ano 2007			
		Práticas Contábeis Anteriores	Efeitos Transição para CPC e IFRS	Práticas Contábeis com CPC e IFRS	%
Petrobrás	Petróleo, Gás e Biocomb.	21.511.789	-	21.511.789	0,00%
Portx Operações Portuárias S.A.	Construção e Transporte	-	-	-	0,00%
Redecard	Financeiros e Outros	700.765	-	700.765	0,00%
Rossi Residencial	Construção e Transporte	131.315	(57.816)	73.499	-44,03%
Sabesp	Utilidade Pública	1.048.703	6.561	1.055.264	0,63%
TAM S.A.	Construção e Transporte	128.896	376.233	505.129	291,89%
Tim Participações S.A.	Telecomunicações	68.302	-	68.302	0,00%
Telesp	Telecomunicações	2.362.960	-	2.362.960	0,00%
Telemar N. L.	Telecomunicações	2.691.773	197.444	2.889.217	7,34%
Telemar	Telecomunicações	303.103	(7.654)	295.449	-2,53%
Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	Utilidade Pública	855.483	-	855.483	0,00%
Ultrapar	Financeiros e Outros	181.893	-	181.893	0,00%
Usiminas	Materiais Básicos	3.187.417	(15.522)	3.171.895	-0,49%
Vale	Materiais Básicos	29.708.000	(8.429.000)	21.279.000	-28,37%
Vivo S.A.	Telecomunicações	(99.391)	(439)	(99.830)	-0,44%
Total		89.431.028	(6.910.986)	82.472.882	-7,73%

ANEXO III - AMOSTRA ORIGINAL DAS DVA's DAS 264 COMPANHIAS ABERTAS

Qtde	Sector Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Petróleo, gás e biocombustíveis			
1	1	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS&pregao=PETROBRAS&ccvm=9512&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
2	2	ECODIESEL	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL. VEG.S.A.&pregao=ECODIESEL&ccvm=20354&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
3	3	OGX PETRÓLEO	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S.A.&pregao=OGX PETROLEO&ccvm=20168&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011

Qtde	Sector Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Materiais básicos			
1	4	VALE S.A.	http://www.vale.com/pt-br/investidores/resultados-e-informacoes-financeiras/demonstracoes-contabeis-anuais-controladas-e-coligadas/paginas/default.aspx	Acesso em 06/06/2011
2	5	GERDAU S.A.	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=GERDAU S.A.&pregao=GERDAU&ccvm=3980&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011

3	6	METALURGICA GERDAU S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=METALURGICA GERDAU S.A.&pregao=GERDAU MET&ccvm=8656&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
4	7	CIA. SIDERURGICA NACIONAL	http://www.mzweb.com.br/csn/web/arquivos/DFP_2010.pdf	Acesso em 06/06/2011
5	8	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS&pregao=USIMINAS&ccvm=14320&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
6	9	MMX MINERAÇÃO	http://ri.mmx.com.br/ptb/1991/c-1991-ptb.html	Acesso em 06/06/2011
7	10	BRASKEM S.A.	http://www.braskem-ri.com.br/braskem/web/arquivos/DFP_2010_Braskem_IFRS_12_2010.pdf e: http://www.latibex.com/act/esp/empresas/hechosrelevo/2008/KMACNhecho20080221_0944.pdf	Acesso em 06/06/2011
8	11	DURATEX S.A.	http://www.duratex.com.br/RAO/2010/port/download/Duratex_DF_2010.pdf	Acesso em 06/06/2011
9	12	FIBRIA CELULOSE S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=FIBRIA CELULOSE S.A.&pregao=FIBRIA&ccvm=12793&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
10	13	KLABIN S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=KLABIN S.A.&pregao=KLABIN S/A&ccvm=12653&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Bens industriais			
1	14	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.&pregao=EMBRAER&ccvm=20087&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Construção e Transporte			
1	15	ALL LOGÍSTICA	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.&pregao=ALL NORTE&ccvm=15300&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
2	16	CCR RODOVIAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIA CONCESSIONES RODOVIARIAS&pregao=CCR RODOVIAS&ccvm=18821&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
3	17	LLX LOGISTICA	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=LLX LOGISTICA S.A.&pregao=LLX LOG&ccvm=21482&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
4	18	PDG REALT	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPACOES&pregao=PDG REALT&ccvm=20478&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
5	19	PORTX OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A	http://www.xportx.com.br/listgroup.aspx?idCanal=W1WvuWinZesHgTk8ags4Hg==	Acesso em 06/06/2011

6	20	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	http://www.br.brookfield.com/ri/pdf/DFP_2010_Portugues.pdf - Acesso em 28/05/2011	Acesso em 28/05/2011
8	21	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	http://ri.brazilrealty.com.br/port/inf FINAN/df.asp	Acesso em 06/06/2011
9	22	GAFISA S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=GAFISA S.A.&pregao=GAFISA&ccvm=16101&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
10	23	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.&pregao=MRV&ccvm=20915&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 06/06/2011
11	24	ROSSI RESIDENCIA L S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=ROSSI RESIDENCIAL S.A.&pregao=ROSSI RESID&ccvm=16306&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
12	25	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=GOL%20LINHAS%20AEREAS%20INT ELIGENTES%20S.A.&pregao=GOL&ccvm=19569&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
13	26	TAM S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=TAM S.A.&pregao=TAM S/A&ccvm=16390&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011

Qtde	Sector Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Consumo Não Cíclico			
1	27	AMBEV	http://www.ambev.com.br/media/3700652/relatorio_anual_ambev_2010.pdf	Acesso em 07/06/2011
2	28	COSAN	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=14&razao=COSAN LIMITED&pregao=COSAN LTD&ccvm=80071&data=30/04/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
3	29	HIPERMARCAS	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=HYPERMARCAS S.A.&pregao=HYPERMARCAS&ccvm=21431&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
4	30	JBS	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=JBS S.A.&pregao=JBS&ccvm=20575&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
5	31	MARFRIG	http://ri.marfrig.com.br/port/infoninan/	Acesso em 07/06/2011
6	32	BRF - BRASIL FOODS S.A.	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=BRF - BRASIL FOODS S.A.&pregao=BRF FOODS&ccvm=16292&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
7	33	SOUZA CRUZ S.A.	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=SOUZA CRUZ S.A.&pregao=SOUZA CRUZ&ccvm=4057&data=31/12/2008&tipo=6	Acesso em 07/06/2011
8	34	NATURA COSMÉTICOS S.A.	http://www.bmflbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=NATURA COSMETICOS S.A.&pregao=NATURA&ccvm=19550&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
9	35	CIA. BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	http://irgpa.grupopaodeacucar.com.br/grupopaodeacucar/web/arquivos/GPA_DadosEco_20081231c_port.pdf	Acesso em 07/06/2011

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Consumo Cíclico			Acesso em 07/06/2011
1	36	LOJAS AMERICANAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=LOJAS AMERICANAS S.A.&pregao=LOJAS AMERIC&ccvm=8087&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
2	37	LOJAS RENNER S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=LOJAS RENNER S.A.&pregao=LOJAS RENNER&ccvm=8133&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
3	38	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	http://www.b2winc.com/informacoes-aos-investidores/demonstracoes-financeiras - Acesso 01/06/2011	Acesso em 01/06/2011

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Telecomunicações			
1	39	BRASIL TELECOM S.A.	http://www.b2i.cc/Document/1462/121193.pdf	Acesso em 07/06/2011
2	40	TELESP	http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/DetailsEmpresaDemonstrativoFinanceiro.aspx?codigoCvm=17671&razaoSocial=&opcaoTela=&mercado=1&pregao=TELESP&idioma=pt-br	Acesso em 07/06/2011
3	41	TELEMAR N.L.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TELEMAR NORTE LESTE S.A.&pregao=TELEMAR N L&ccvm=11320&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
4	42	TELEMAR PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TELEMAR NORTE LESTE S.A.&pregao=TELEMAR N L&ccvm=11320&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011

5	43	TIM PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TIM PARTICIPACOES S.A.&pregao=TIM PART S/A&ccvm=17639&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
6	44	VIVO PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=17710&idioma=pt-br	Acesso em 07/06/2011

Qtde	Sector Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Utilidade Pública e Energia			
1	45	LIGHT S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=LIGHT S.A.&pregao=LIGHT S/A&ccvm=19879&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
2	46	CIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	http://www.bmfbovespa.com.br/empresabov/InformacaoPorEmpresa.asp?idioma=&titulo=&imagem=&mercado=16&ccvm=18376&razao=CTEIP%20-%20CIA%20TRANSMISS%C3%20ENERGIA%20EL%C9TRICA&pregao=TRAN%20PAULIST&site=B&OpcaoTela=Demonstracao	Acesso em 07/06/2011
3	47	CIA. ENERGETICA DE MINAS GERAIS – CEMIG	http://ri.cemig.com.br/modulos/relatorios_cvm.asp?codcvm=002453&language=ptb	Acesso em 07/06/2011
4	48	CESP - CIA. ENERGETICA DE SAO PAULO	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO&pregao=CESP&ccvm=2577&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
5	49	CIA. PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/distribuicao2009/\$FILE/balancodis_09.pdf	Acesso em 07/06/2011
6	50	CPFL ENERGIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CPFL ENERGIA S.A.&pregao=CPFL ENERGIA&ccvm=18660&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011

7	51	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR&pregao=ELETROPAR&ccvm=15784&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
8	52	ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.&pregao=ELETROPAULO&ccvm=14176&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
9	53	CIA. SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO (SABESP)	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO&pregao=SABESP&ccvm=14443&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011

Qtde	Sector Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Financeiro e Outros			
1	54	BMF IBOVESPA	http://ri.bmfbovespa.com.br/upload/portal_investidores/pt/informacoes_financeiras/relatorios_ir_dfp_ian/DFs%20BVMF%20122010_port.pdf	Acesso em 07/06/2011
2	55	CIELO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIELO S.A.&pregao=CIELO&ccvm=21733&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
3	56	REDECARD S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=REDECARD S.A.&pregao=REDECARD&ccvm=20893&data=31/12/2008&tipo=2	Acesso em 07/06/2011
4	57	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.&pregao=ULTRAPAR&ccvm=18465&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 07/06/2011